

A Comissão da Construção da Paz na Guiné-Bissau: Os Limites da Paz Criada

Thaise Kemer¹

Ramon Blanco²

TRABALHO EM CONSTRUÇÃO, POR FAVOR NÃO CITAR OU CIRCULAR

PALAVRAS-CHAVE: Nações Unidas, Construção da Paz, Guiné-Bissau

Introdução

Ao observar a realidade internacional, rapidamente percebe-se que a superação dos conflitos violentos é uma dinâmica central na mesma. Nesse contexto, o presente artigo reflete sobre um ator importante dentro dessa temática – a Comissão para a Construção da Paz (PBC) das Nações Unidas. Criada em 2005, a PBC tem o objetivo de coordenar diferentes atores e iniciativas, de modo a melhor apoiar diferentes países emergindo de conflitos em seus processos de construção da paz. Nesse sentido, este artigo problematiza o seu caso mais emblemático, ao discutir criticamente as práticas da PBC na Guiné-Bissau. O objetivo da análise é compreender a atuação da Comissão para a Guiné-Bissau e debater os questionamentos ao conceito de construção da paz que emergem desse contexto. De modo a desenvolver a sua análise, este artigo utiliza dois instrumentos metodológicos: (1) estudo de caso e (2) pesquisa de arquivo. Relativamente ao primeiro, a seleção da Guiné-Bissau foi orientada por uma escolha do tipo *most likely*. Os *most likely cases* são aqueles que, de acordo com uma dada teoria, deveriam produzir um determinado fenômeno, mas não o produzem; portanto, tais casos são usados para refutar uma teoria e gerar outras hipóteses (Perissinotto, 2013, p. 156). O processo de seleção de caso foi feito por meio da escolha do país com maior Indicador do Desenvolvimento Humano (IDH)³ entre os países da agenda da PBC, pois considerou-se que esse seria o “caso mais provável” de a PBC ter êxito em seu propósito de promover a construção da paz. Isso posto, considerando que a Guiné-Bissau teve, em 2013, um dos maiores valores para o IDH entre os seis países presentes na agenda da PBC (PNUD, 2014), ela foi o país escolhido para o estudo de caso. Com relação ao segundo instrumento metodológico, o artigo examina

¹ Thaise Kemer é Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

² Ramon Blanco é Professor no curso de Relações Internacionais e Integração, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (PPGCP-UFPR).

³ O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que permite avaliar o progresso de longo prazo de três dimensões do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão decente de vida. O valor desse indicador pode variar entre 0 e 1, com 1 indicando um melhor cenário de desenvolvimento (PNUD, 2014b, p. 1).

documentos relevantes, como relatórios de reuniões, de missões e declarações, tanto da ONU quanto do governo da Guiné-Bissau e de organizações não-governamentais (nacionais e internacionais).

De modo a desenvolver a sua análise, o artigo estrutura-se em três seções. Primeiramente, discute-se o conceito de construção da paz liberal que orienta as atividades da PBC e apresenta-se a forma de funcionamento dessa Comissão. Na segunda seção, o artigo traz uma breve caracterização da Guiné-Bissau, entre 2007 e 2014, nos âmbitos da política, do desenvolvimento e da segurança. O ano inicial da análise, 2007, remonta ao início das atividades da PBC no país, e, o ano final, 2014, marca a realização das primeiras eleições democráticas após o golpe militar de abril de 2012. Esses três eixos de análise foram escolhidos por permitirem uma problematização mais alargada da realidade da Guiné-Bissau, na medida em que tais eixos estão relacionados aos objetivos da PBC para esse país. Em particular, no que se refere à segurança, adotou-se como recorte temático a Reforma do Setor de Segurança (RSS). De acordo com as Nações Unidas, o conceito de RSS remete a um processo liderado por autoridades nacionais que tem como objetivo a melhoria da efetividade e da transparência da segurança nacional (NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 2). Esse recorte justifica-se tanto pelo fato de o governo guineense adotar uma política específica para o tratamento dessa questão (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006) quanto por ele ter sido considerado o tema de maior prioridade para a construção da paz na Guiné-Bissau pela PBC (PBC/4/GNB/1, 2009, par. 49). Na terceira seção, por sua vez, as práticas da PBC serão confrontadas com o contexto guineense, evidenciando, dessa forma, que o processo de construção da paz na Guiné-Bissau oferece margem a amplos questionamentos. Apesar da atuação da PBC, não são observadas melhorias relativamente ao contexto guineense existente no início das atividades da Comissão no país. Assim, a análise aqui empreendida fornece sólidas evidências empíricas que não apenas demonstram um afastamento entre a PBC e a realidade local, mas que, também, ensejam um debate mais amplo acerca do papel a ser exercido pela PBC em cenários pós-conflitos contemporâneos.

1. O conceito de construção da paz e a criação da Comissão para a Construção da Paz das Nações Unidas

O conceito de construção da paz⁴, que remonta aos trabalhos do autor Johan Galtung (1969; 1976) surgiu nas Nações Unidas em 1992, no contexto da publicação de “Uma Agenda para a Paz” (A/47/277, 1992), pelo Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali. O conceito de construção da paz presente nesse documento trouxe as ideias de Johan Galtung, que interpretou o conceito de paz não apenas como uma paz negativa, ou a ausência de violência direta, mas também como uma paz positiva, ou justiça social⁵, a qual permitiria às pessoas o desenvolvimento de suas capacidades (GALTUNG, 1969, p.169 e p. 183). Assim, o conceito de construção da paz das Nações Unidas esteve, desde sua origem, diretamente relacionado ao conceito de desenvolvimento, na medida em que reconhece a importância do acesso de indivíduos a diferentes recursos – desde econômicos a sociais, como por exemplo o acesso à saúde e à educação – para que a plenitude de suas potencialidades seja alcançada (A/47/277, 1992, par. 55 a 59).

No entanto, a ideia de construção da paz não surgiu nas Nações Unidas de forma isolada, mas, sim, fez parte de um conjunto de instrumentos, o qual pauta as iniciativas das Nações Unidas para a paz. Eles são: (1) Diplomacia Preventiva, cujo objetivo é evitar o surgimento de conflitos; (2) Promoção da Paz, que busca acordos pacíficos entre as partes, conforme o Capítulo VI da Carta das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 1945); (3) Manutenção da Paz, que busca por em prática os acordos obtidos; (4) Imposição da Paz, que busca restaurar a paz internacional, inclusive por meio de medidas coercitivas e militares, conforme o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 17-18; NAÇÕES UNIDAS, 1945, Cap. VII); e (5) Construção da paz no período pós-conflito, que fortalece as estruturas capazes de promover a paz (A/47/277, 1992, p. 5 e p. 15).

Esse conjunto de ideias sobre a paz surgiu em um contexto internacional marcado pelo fim da Guerra Fria e pela vitória dos Estados Unidos como potência mundial. Esse fato histórico teve importância fundamental sobre a forma de funcionamento das Nações Unidas para a paz, pois, a partir daquele momento, o paradigma de paz democrática e liberal tornou-se o conceito de paz dominante no contexto dessa organização (BLANCO, 2014, p. 274). A noção de paz democrática remonta aos trabalhos de Immanuel Kant e relaciona-se à ideia de que democracias tenderiam a ser mais pacíficas, internamente e externamente, na medida em que seus líderes, ao atuarem de acordo com a vontade de seus eleitores,

⁴ Um debate mais aprofundado sobre o conceito de construção da paz no mundo contemporâneo, bem como sobre as críticas sobre esse conceito, foi elaborado por Thaíse Kemer, Alessandro Pereira e Ramon Blanco em outro local. Para tal, ver (KEMER et al., 2017).

⁵ Para mais sobre violências direta e estrutural, e paz negativa e positiva, ver (GALTUNG, 1969).

tenderiam a um menor engajamento em conflitos violentos internacionais (KANT, 1795, p. 10 a 150). A vitória dos Estados Unidos sobre a União Soviética, no contexto da Guerra Fria, possibilitou a sedimentação desses conceitos como basilares para o paradigma de paz predominante nas Nações Unidas, e, assim, fortaleceu-se a ideia de que as democracias e as economias de mercado seriam condições essenciais para o alcance da paz mundial (NEWMAN *et al*, 2010, p. 5-7). Nesse processo, o conceito de construção da paz ganhou crescente relevância para as atividades de paz das Nações Unidas. Assim, no âmbito das ações de construção da paz, as Nações Unidas passaram a atuar em áreas como na organização de eleições, no financiamento de projetos de infraestrutura para saúde e em projetos de habitação (IBIDEM, p. 8 e 9).

Nesse contexto, é importante destacar que o conceito de construção da paz passou a ser tanto empregado não apenas por diferentes estruturas institucionais das Nações Unidas, mas, também, por atores no âmbito internacional, como diferentes países, doadores, agências, programas e instituições financeiras (PARIS, 2009, p. 57). Assim, tornou-se presente nas Nações Unidas a ideia de que seria necessário iniciar algum tipo de coordenação desses esforços, de forma a prover os países em conflito de maior apoio técnico e financeiro para o alcance da paz (A/59/565, 2004, par. 261). Esse contexto enquadra a criação, em 2005, da Comissão para a Construção da Paz (PBC), e, além dela, do Fundo para a Construção da Paz (PBF) e do Escritório de Apoio para a Construção da Paz (PBSO)⁶, os quais apoiam a PBC no cumprimento dos propósitos para os quais ela foi concebida (A/RES/60/180; S/RES/1645).

A Comissão para a Construção da paz tem três objetivos principais: (a) propor estratégias para a construção da paz; (b) apoiar, por meio de recursos técnicos e financeiros, os esforços de construção institucional necessários para a recuperação de conflitos e; (c) buscar a melhoria da coordenação dos atores dentro e fora das Nações Unidas, (A/RES/60/180, 2005, par. 2). Institucionalmente, dentro das Nações Unidas, a PBC atua como um órgão subsidiário de aconselhamento (*Advisory Body*) do Conselho de Segurança (S/RES/1645, 2005, par. 1) e da Assembleia Geral (A/RES/60/180, 2005, par. 1). Relativamente à sua composição, a PBC possui 31 Estados membros⁷ e pode operar em três formatos distintos: (1) Comitê Organizacional; (2) Configurações Específicas por País (em inglês, *Country Specific Configurations*, CSC) e; (3) Grupo de Trabalho sobre as Lições Aprendidas (em inglês, *Working Group on Lessons Learned*, WGLL). O Comitê

⁶ Os acrônimos utilizados referem-se aos termos em inglês: *Peacebuilding Commission (PBC)*, *Peacebuilding Fund (PBF)* e *Peacebuilding Support Office (PBSO)*.

⁷ Os membros da PBC possuem mandatos renováveis de dois anos, tomam decisões por consenso (A/RES/60/180; par.18) e são escolhidos a partir de cinco categorias: (1) 7 membros do Conselho de Segurança (CS); (2) 7 membros do Conselho Econômico e Social (ECOSOC); (3) 5 dos 10 maiores contribuintes para as operações de paz das Nações Unidas; (4) 5 dos 10 maiores provedores de tropas das Nações Unidas; (5) 7 membros da Assembleia-Geral (A/60/180, 2005; JENKINS, p.46).

Organizacional inclui seus 31 membros e é responsável por decidir o programa de trabalho da PBC (JENKINS, 2013, p. 46). Os membros do Comitê possuem mandatos renováveis de dois anos e tomam decisões por consenso (A/RES/60/180; par.18). As Configurações Específicas por País (CSCs), por sua vez, são reuniões da PBC cujo propósito é deliberar sobre a situação individual dos países presentes na agenda desta. Todos os membros do Comitê Organizacional têm permissão para participar das CSCs. Além disso, as CSCs podem incluir outros órgãos regionais e subregionais e Estados convidados (JENKINS, 2013, p. 47).

Em 2016, seis países constam da agenda da PBC e, portanto, contam com CSCs. Eles são: Burundi, Serra Leoa, Guiné-Bissau, República Centro-Africana, Guiné Equatorial e Libéria (PBC, 2016). Por fim, o Grupo de Trabalho sobre as Lições Aprendidas (WGLL) define-se como uma plataforma informal cujo objetivo é ampliar o diálogo em questões de relevância para os países presentes na agenda da PBC (JENKINS, 2013, p.47-48)⁸. Um país pode ser incluído na agenda da PBC mediante a solicitação de aconselhamento feita por um dos seguintes atores: (a) Conselho de Segurança; (b) Comitê Econômico e Social (ECOSOC) ou Assembleia Geral, com o consentimento do Estado-Membro em questão; (c) Estados-Membros, em circunstâncias excepcionais nas quais o Estado esteja na iminência de entrar em conflito e não esteja na agenda do Conselho de Segurança e; (d) Secretário-Geral (A/RES/60/180, 2005, par. 12).

Junto com a PBC, também foram criados o Fundo para a Construção da Paz e o Escritório de Apoio à Construção da Paz. O principal objetivo do Fundo para a Construção da Paz é o de prover financiamento a países que estejam emergindo de guerras ou que nelas possam recair (PBSO, 2010, p. 37). Esse Fundo oferece apoio financeiro ao sistema das Nações Unidas relativamente à construção da paz, repassando recursos aos diversos órgãos que compõem esse sistema. O Escritório de Apoio à Construção da Paz (PBSO), por sua vez, tem os propósitos de: (1) apoiar a PBC por meio de aconselhamento estratégico; (2) administrar o Fundo e; (3) servir ao Secretário-Geral na coordenação das agências da ONU em seus esforços de construção da paz (A/RES/60/180, 2005, par.23).

Embora a PBC, apoiada pelo Fundo e pelo Escritório de Apoio, tenha a coordenação de esforços internacionais como uma de suas principais iniciativas para a promoção da construção da paz, suas problematizações estão inseridas dentro da lógica da paz liberal, o que limita e condiciona o seu escopo de visão e ação. De fato, Ramon Blanco (2014, p. 267)

⁸ A Guiné-Bissau foi objeto de algumas citações pontuais no contexto do WGLL, as quais incluíram, por exemplo, a importância do engajamento de arranjos regionais na construção da paz, e mencionou-se o caso da Guiné-Bissau e da atuação da Comunidade Econômica dos Estados do Oeste da África (ECOWAS) (WGLL, 2009, p. 1), ou ainda, mencionou-se o fato de que uma das prioridades da Guiné-Bissau era a revitalização da economia, e que isso deveria ser replicado para outros países (WGLL, 2011, p. 1). Assim, devido ao caráter genérico da documentação produzida pelo WGLL, a presente pesquisa optou por concentrar a análise nos documentos produzidos pela CSC e pelos documentos do PBF.

destacou que o tratamento de paz das Nações Unidas segue o conceito de Oliver Richmond (2007) de consenso da construção da paz (*peacebuilding consensus*). Segundo Richmond (2007, p. 112), o consenso de construção da paz está calcado na ideia da existência de: (...) “uma base cultural e normativa universalmente aceita para a paz liberal, e que as práticas intervencionistas dela derivadas serão devidamente apoiadas por todos os atores com os recursos necessários.”⁹ Assim, esse consenso de construção da paz implicaria a busca por modelos de governos liberais, universalmente aceitos, aos quais Blanco (2015, p. 45) refere-se como um “modelo de tamanho único” (*one-size-fits-all*), Cavalcante (2013, p. 220) chama de “convicção política” (*political conviction*) e Oliver Ramsbotham (2000, p. 170) chama de um “procedimento operacional padrão” (*standard operating procedure*) (BLANCO, 2015, p. 45). Roland Paris (2010, p. 337-365), por sua vez, argumenta que essa forma de construção da paz apresenta inúmeras falhas, entre as quais o limitado conhecimento sobre as realidades locais e a pouca participação de atores locais em contextos de tomada de decisão. Nesse sentido, ainda que a PBC tenha sido criada como uma resposta a tais problemáticas, Blanco (2014, p. 289) aponta que ela não foi capaz de responder às mesmas, na medida em que seus esforços continuaram parte do mesmo marco normativo da paz liberal. De fato, essa análise é exemplificada por meio do estudo de Fernando Cavalcante (2013), que analisou os documentos estratégicos¹⁰ para a construção da paz elaborados pela PBC para os seis países presentes em sua agenda. Com base nessa análise, o autor concluiu que em todos os documentos constavam prioridades associadas à paz democrática e liberal, tais como a realização de eleições, o fortalecimento do Estado de Direito e a realização de reformas administrativas e no setor de segurança (idem, p. 251). Em consequência desse contexto, o autor afirmou que as estratégias elaboradas pela PBC refletem a paz democrática e liberal como o paradigma central para a construção da paz no contexto das Nações Unidas (idem, p. 247-248).

Esse foi o caso da Guiné-Bissau, na qual a adoção da universalidade da paz liberal pela PBC levou a um afastamento dessa Comissão relativamente à realidade local, corroborando as críticas de Paris (2010) e de Blanco (2014). Assim, com base nas condicionantes institucionais e teóricas acima expostas, a segunda seção trata do contexto da Guiné-Bissau em termos de segurança, de desenvolvimento e políticos, o qual conforma a base para a análise das práticas da PBC nesse país, como exposta na terceira seção.

⁹ Tradução dos autores. Original em inglês: “(...) *there is a universally agreed normative and cultural basis for the liberal peace, and that interventionary practices derived from this will be properly supported by all actors with the requisite resources*” (RICHMOND, 2007, p. 112).

2. O contexto político, de desenvolvimento e securitário da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um país que se localiza no norte da África, tem uma população de cerca de 1,8 milhão de habitantes (BANCO MUNDIAL, 2015) e, como consequência de ter sido uma ex-colônia portuguesa, tem como idioma oficial a Língua Portuguesa. De modo a ter um entendimento mais alargado do país, e o modo pelo qual este entra na agenda da PBC, é preciso ter em mente as esferas política, de desenvolvimento e securitária. É precisamente o delineamento destas esferas o cerne da presente seção.

Na esfera política, a Guiné-Bissau adotou o semipresidencialismo, no qual atuam um Presidente, na função de Chefe de Estado, e um Primeiro-Ministro, na função de Chefe de Governo (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 1996, artigos 69 e 97). O país convive com crises políticas desde sua declaração de independência de Portugal, em 1973, e o envolvimento político dos militares assume um papel de destaque nesse contexto (O'REAGAN E THOMPSON, 2013, p. 6). Desde 1973, nenhum presidente eleito da Guiné-Bissau completou um mandato, e praticamente todos os presidentes foram depostos por militares (O'REAGAN E THOMPSON, 2013, p. 3). O primeiro golpe militar remonta a 1980, quando o Brigadeiro João Bernardo Vieira, ou "Nino" Vieira, destituiu o presidente Luís Cabral. (O'REAGAN E THOMPSON, 2013, p. 9). Após o golpe, Nino Vieira permaneceu no poder na Guiné-Bissau de 1980 a 1999, e, mais tarde, entre 2005 e 2009. Outro episódio marcante na história política da Guiné-Bissau foi a guerra civil de 1998. Essa crise teve início quando o Presidente do Senegal, Abdou Diouf, pressionou o Presidente da Guiné-Bissau, Nino Vieira, para que este pusesse fim ao tráfico de armas em curso entre membros das Forças Armadas da Guiné-Bissau e o Senegal (YABI, 2010, p. 18, FERREIRA, 2004, p. 46). Em resposta, Nino Vieira responsabilizou o Chefe das Forças Armadas da Guiné-Bissau, Ansumane Mané, pelo tráfico de armas. Esse cenário desencadeou um conflito entre as forças leais ao Presidente e aquelas apoiadoras dos militares, que teve nove meses de duração e deixou mais de 2000 mortos no país (FERREIRA, 2004, p. 46, FMI, 2015, p. 10-11). Após a guerra civil de 1998, as eleições presidenciais, realizadas em novembro de 1999, foram vencidas por Kumba Yalá, que ofereceu diversos postos políticos a pessoas da etnia Balanta¹¹, fomentando, dessa forma, rivalidades étnicas no país (FERREIRA, 2004, p. 55; CRISIS GROUP, 2008, p. 15). Essas nomeações provocaram desentendimentos entre o governo e o Brigadeiro Ansumane Mané, que, em novembro de 2000, foi assassinado por forças do governo (FERREIRA, 2004, p. 47; CRISIS GROUP, 2008, p. 15).

Esse cenário de crise política conformou o pano de fundo para um novo golpe de Estado, em 14 de setembro de 2003, no qual o General Veríssimo Correia Seabra depôs o

¹¹ A etnia Balanta é um dos cerca de quarenta grupos étnicos que compõem o país e representa cerca de 30% da população (FERREIRA, 2004, p. 43).

Presidente Kumba Yalá (CRISIS GROUP, 2008, p. 15). Após o golpe, novas eleições presidenciais foram realizadas, em junho de 2005, e marcaram o retorno de Nino Vieira, eleito como candidato independente (CRISIS GROUP, 2008, p. 16). Entretanto, em março de 2009, o Chefe das Forças Armadas, Tagme Na Wai e o presidente Nino Vieira foram assassinados (CRISIS GROUP, 2008, p. 8)¹². Com o episódio, ainda em 2009 foram convocadas novas eleições, as quais levaram à vitória de Malam Bacai Sanhá, um dos heróis da libertação nacional e líder do Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC)¹³. Junto com ele, compuseram o governo da Guiné-Bissau o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior e o Chefe das Forças Armadas General Antônio Indjai (O'REAGAN e THOMPSON, 2013, p. 8).

A crise política, no entanto, não cessou com a formação do novo governo. Em 1 de abril de 2010, o vice-chefe das Forças Armadas, António Injai, ordenou a seus soldados a detenção, dentre outros, do Chefe das Forças Armadas, Zamora Induta, e do Primeiro-Ministro, Carlos Gomes Júnior (CRISIS GROUP, 2012, p. 1; OPLOP, 2013). Ao fim dessas detenções, ao invés de ser punido, o vice-chefe das Forças Armadas, António Injai, foi conduzido pelo presidente Malam Bacalai Sanhá ao cargo de chefia das Forças Armadas (OPLOP, 2013). O contexto de crise política teve continuidade no ano seguinte, na medida em que, em dezembro de 2011, ocorreu uma nova tentativa mal sucedida de golpe militar (CRISIS GROUP, 2012, p. 1). No entanto, após o falecimento do Presidente Sanhá, em janeiro de 2012, por motivo de doença, as disputas pela Presidência culminaram com um novo golpe militar, em 12 de abril de 2012.

Esse golpe ocorreu no contexto das eleições presidenciais, as quais haviam sido agendadas para março de 2012. O primeiro turno do pleito teve como resultado a maioria dos votos para o candidato e ex-Primeiro-Ministro Carlos Gomes Junior. No entanto, em 12 de Abril de 2012, as tropas do General Indjai prenderam Carlos Gomes Júnior, um Comando Militar tomou o controle do governo e anunciou-se a suspensão da Constituição (O'REAGAN & THOMPSON, 2013, p. 16). Esse cenário de crise foi agravado pelo envolvimento de autoridades da Guiné-Bissau com o tráfico de ilícitos. Em 2013, os EUA prenderam o ex-Comandante da Marinha da Guiné-Bissau, Admiral José Américo Bubo Na Tchuto, e o Chefe das Forças Armadas, General Antonio Injai, devido à participação desses em um

¹² De acordo com Crisis Group (2013, p. 8), Tagme Na Wai foi assassinado em um bombardeio e, horas depois, tropas leais a Na Wai entraram na residência presidencial, torturaram e mataram o Presidente Nino Vieira.

¹³ O PAIGC foi criado no início da década de 1950, tinha orientação marxista e buscava a independência das duas colônias portuguesas, Guiné-Bissau e Cabo Verde - uma das ilhas do arquipélago de Bigajós - por meio de uma estratégia compartilhada de libertação (CRISIS GROUP, 2008, p. 5). Com a independência, a Guiné-Bissau tornou-se um regime de partido único, o PAIGC, situação que persistiu até 1994, ano em que o multipartidarismo foi introduzido no país (O'REAGAN & THOMPSON, 2013, p. 11).

esquema de tráfico de armas e de cocaína (USA, 2015). Nesse contexto, novas eleições foram realizadas apenas em abril de 2014. Assim, a Guiné-Bissau foi marcada por um histórico de lutas políticas, na qual a interferência das Forças Armadas no governo contribuiu para gerar no país um período de instabilidade política contínua (RIZZI, 2010, p. 23; O'REAGAN E THOMPSON, 2013, p. 6).

Esse cenário de crises forma o pano de fundo político para a compreensão do contexto do desenvolvimento guineense, que se situa no âmbito das condições sociais e econômicas do país e constitui a segunda esfera de análise do presente artigo. Em 2014, o país apresentou um dos menores valores para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo (0,396) e situou-se na 177^a posição de um *ranking* de 187 países. Esse valor é inferior à média da África Subsaariana, de 0,502 (PNUD, 2014, p. 2). Além disso, o cenário de desenvolvimento apresentou uma deterioração entre 2010 e 2013, pois, em 2010, 33% dos guineenses enfrentavam pobreza extrema¹⁴, e, em 2013, esse número atingia cerca de 45% da população (BANCO MUNDIAL, 2015b, p. 26). Nesse contexto, a Guiné-Bissau não conseguiu alcançar os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs)¹⁵ das Nações Unidas, que foram um conjunto de oito metas para o combate da pobreza mundial, em suas múltiplas dimensões, entre 2000 e 2015: 1) erradicar a pobreza extrema e a fome; 2) atingir a educação básica de qualidade para todos; 3) promover a igualdade entre os sexos e a capacidade da mulher; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde materna; 6) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7) garantir a sustentabilidade ambiental e; 8) estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento (MDG, 2008). Além de o país não ter tido êxito na redução da pobreza, mencionada no primeiro objetivo, a maior parte dos indicadores não apresentou melhorias. De fato, a despeito de alguns avanços¹⁶, os objetivos não foram atingidos. Como exemplos, é possível mencionar os ODMs 4, 5 e 6, relativos ao contexto de saúde na Guiné-Bissau, que apontaram, respectivamente, para um quadro de alta mortalidade infantil (123 casos por 1000, contra uma média na África Subsaariana de 92 por 1000), alta mortalidade materna (560 casos por 1000, contra uma média regional de 510 por 1000) e elevado número de casos de doença HIV no país (0,31 novas infecções anuais a cada 100 pessoas, contra uma média regional de 0,29) (MDG, 2015). No que concerne ao sétimo ODM, de promoção da sustentabilidade ambiental, foram observados alguns avanços, como o aumento da proporção de pessoas com acesso a água

¹⁴ De acordo com o Banco Mundial, a pobreza extrema refere-se às pessoas que vivem com menos de US\$1 por dia. (2015b, p. 26).

¹⁵ Os ODMs têm origem na Declaração do Milênio (A/55/L.2, 2000), a qual foi assinada por 189 países, por ocasião da Cúpula do Milênio, em setembro de 2000.

¹⁶ Alguns indicadores utilizados para mensurar o avanço dos ODMs tiveram melhorias, como foi o caso da redução da mortalidade infantil (224,8 por 1000, em 1990, para 123,9 por 1000, em 2013), ou, ainda, da porcentagem de meninas frequentando o ensino primário, que subiu de 0,55 em 1992 para 0,93 em 2010, situando a Guiné-Bissau na média média da África Subsaariana (MDG, 2015).

potável, que passou de 35,9% em 1990 para 79,3% em 2015. Esse indicador, no entanto, foi acompanhado de outros menos auspiciosos, como o indicador da proporção de pessoas com acesso a tratamento de esgotos, que, a despeito de ter aumentado de 10,5% em 1994 para 20,8% em 2015, ainda apresentou uma proporção muito baixa com relação à população guineense que não tem acesso a esse serviço público, segundo as Nações Unidas (MDG, 2015). Esse indicador tem relação direta com o elevado número de pessoas moradoras de favelas na Guiné-Bissau, que é superior a 80%, o qual por sua vez, está diretamente relacionado ao desempenho do oitavo objetivo, de desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (idem). Um exemplo do oitavo ODM é o número de usuários de Internet, o qual, em 2014, correspondia a apenas 3,3% da população guineense (MDG, 2015). Assim, a análise dos ODMs evidenciou diversos limites ao desenvolvimento do país ao longo do período analisado no artigo (2007-2014).

É importante ressaltar, no entanto, que essas carências atingem as diferentes camadas da população de formas distintas. Nesse contexto, a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH, 2008) aponta grupos sociais que apresentam diferentes vulnerabilidades: (1) mulheres, que são vítimas da mutilação genital feminina e violência doméstica, (LGDH, 2008, p. 13); (2) crianças, que são vítimas de tráfico de menores e de exploração (Idem, p. 17); (3) jovens, que carecem de acesso à educação e; (4) profissionais de diversos setores, entre os quais da saúde e da educação, os quais carecem dos recursos técnicos e materiais. Assim, é importante não cometer o erro de “homogeneização do local” (SIMONS E ZANKER, 2014, p. 5), no sentido em que as necessidades da população guineense não podem ser consideradas como uniformes.

Entretanto, não obstante a grave situação de pobreza na Guiné-Bissau, um dos principais diagnósticos do governo para melhorar o desenvolvimento nacional materializou-se, no período, por meio da chamada “Reforma do Setor de Segurança” (RSS) – no marco da terceira esfera de análise do artigo. Esse conceito foi compreendido, pelo governo guineense, como o meio de pacificar as diferentes forças em conflito nas Forças Armadas e, dessa forma, criar condições políticas para viabilizar a implementação dos programas de desenvolvimento (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2005, par. 86). Subjacente a essa linha de raciocínio está a hipótese de que os problemas internos das Forças Armadas eram uma das causas das crises institucionais nacionais, como os sucessivos golpes militares vividos pelo país, de forma que a resolução desses problemas ofereceria ao país a possibilidade de uma paz duradoura. Como exemplo, O’Reagan e Thompson (2013, p. 7), mencionaram que as Forças Armadas eram uma instituição desatualizada e sobredimensionada. Segundo esses autores, em 2008, 45% de todos os membros tinham mais de 20 anos de profissão e o número de militares oficiais era o dobro do número de militares não oficiais (O’REAGAN E

THOMPSON, 2013, p. 7). Nesse contexto, a solução dessas questões, por meio da RSS, permitiria transformar os militares em “vetores”, e não em “obstáculos” para o desenvolvimento da paz no país. (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2005, par. 8). Essa visão de que as Forças Armadas não poderiam ser “obstáculos”, por sua vez, tinha associação direta com os golpes militares, os quais trouxeram prejuízos à sociedade e à economia e, assim, reforçaram as condições do subdesenvolvimento nacional (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006, p. 25; BANCO MUNDIAL, 2015, p. 79).

Dessa forma, a RSS foi defendida como central para o processo de reconstrução nacional, na medida em que impediria a continuidade dessas instabilidades e possibilitaria a reconstrução das bases do desenvolvimento do país (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006, p. 25). Assim, em 2005, o governo da Guiné-Bissau elaborou, com o apoio da Equipe de Aconselhamento sobre Reforma do Setor de Segurança do Reino Unido (PBSO, 2008, par. 7) o Documento Estratégico de Reestruturação e de Modernização do Setor de Defesa e de Segurança (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006), doravante Estratégia de RSS (HUTTON, 2010, p. 195). A Estratégia de RSS previu medidas como: (1) o redimensionamento do setor de segurança e defesa, com vistas a torná-lo adequado às necessidades e capacidades econômicas nacionais; (2) a modernização do setor de defesa e segurança, por meio de reformas legislativas e de investimentos em infraestrutura no setor; (3) a realização de investimentos de capacitação e de infraestrutura no setor de Justiça¹⁷; (4) a mobilização de recursos internacionais para a RSS e; (5) o envolvimento da sociedade civil na implementação da RSS (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006, p. 10).

No entanto, Kohl (2014, p. 11) relatou que a Estratégia de RSS não se concretizou. Segundo o autor, isso ocorreu, entre outros fatores, devido ao fato de a complexidade da reforma do setor de segurança ter sido subestimada e que os atores internacionais que apoiaram sua implementação não tinham conhecimento suficiente das realidades locais (KOHL, 2014, p. 13). Essa complexidade atribuída à RSS está relacionada ao fato de ela ser uma temática politizada, situando-se no centro do debate de atores políticos nacionais e internacionais com interesses específicos na implementação dessa reforma. Nesse sentido, Kohl (2014, p. 4) recorda que, no âmbito nacional, as estruturas políticas e militares estiveram, desde a independência da Guiné-Bissau, “amalgamadas”, pois muitos ex-comandantes militares assumiram posições políticas. Um exemplo deles foi, conforme expostos, o ex-Presidente “Nino” Vieira, que foi um dos principais comandantes da guerra de independência, autor do primeiro golpe militar no país, em 1980, e que permaneceu mais

¹⁷ De acordo com a Estratégia de Segurança (2006, p. 10), os problemas do setor de Justiça da Guiné-Bissau incluíam a falta de independência do poder Judiciário, a carência de recursos financeiros e infraestruturais e uma legislação ultrapassada. Consequentemente, o acesso da população à Justiça via-se comprometido, e, portanto, tais questões também deveriam ser tratadas no contexto do debate da RSS (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006, p. 10).

de vinte anos no poder (idem). Assim, a RSS foi definida como prioridade por governos cujos membros estiveram, historicamente, diretamente associados ao foco dessa reforma. No âmbito internacional, por sua vez, Kohl (2014, p. 10) mencionou a existência de atores internacionais que viram a RSS como uma forma de atribuir ao país políticas alinhadas aos interesses desses (KOHL, 2014, p. 10). Como exemplo desses atores, o autor citou a Angola, que, em 2011, apoiou o processo de RSS na Guiné-Bissau por meio do envio da Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG)¹⁸ (idem). De acordo com Kohl (2014), as motivações da Angola seriam de natureza tanto econômica, como o interesse em recursos naturais guineenses, como petróleo, bauxita e madeira, quanto geoestratégica - para afirmar seu poder regional com relação ao Senegal e à Nigéria (idem).

Além disso, a politização da RSS também pode ser observada no debate sobre a “apropriação local” dessa reforma. Apesar de ser considerada um conceito controverso (VON BILLERBECK, 2009; REICH, 2006), a apropriação local está associada à ideia de que a sociedade local deve ser responsável pela condução de um determinado processo, nesse caso, a RSS (KOHL, 2014, p. 12). No entanto, Mobekk (2010, p. 234) questiona quem é o agente da apropriação local da RSS (“*who owns*?”), recordando que esse conceito remete não apenas à relação entre atores “locais” e “externos” a um país, mas, também, à relação entre as diferentes camadas da sociedade local com relação a essa temática. Assim, da mesma forma que não se pode incorrer ao erro de “homogeneização do local” (SIMONS E ZANKER, 2014, p. 5) no que se refere ao desenvolvimento, é necessário compreender a RSS como uma escolha política, a qual não contemplou, necessariamente, as necessidades de segurança da população guineense como um todo. De fato, segundo Kohl (2014, p. 23) o delineamento da Estratégia de RSS envolveu uma escassa participação da sociedade guineense, de forma que essa Estratégia não necessariamente contemplou as necessidades de segurança humana (PNUD, 1994)¹⁹ dessa sociedade. Esse fato é corroborado pela persistência, ao longo do período analisado, de graves problemas de segurança na Guiné-Bissau, como o problema do tráfico de drogas (UNODC, 2013, p. 10)²⁰ e as graves violações de direitos humanos no país (LGDH, 2008; 2013).

¹⁸ A MISSANG foi uma missão militar composta por 200 militares, com o objetivo de reabilitar infraestruturas, como quartéis, realizar treinamentos para militares (OPLOP, 2011).

¹⁹ De acordo com o Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1994, p. 23), a noção de segurança humana relaciona-se à ideia de que o desenvolvimento humano é fator central para a paz, e para que esse desenvolvimento se torne possível, é necessário contemplar sete dimensões: saúde, economia, alimentação, ambiente, pessoal, comunitária e política.

²⁰ O comércio de cocaína é emblemático desse fato, na medida em que vem crescendo desde meados dos anos 2000. O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) estima que, entre 2005 e 2011, 14 toneladas de cocaína entraram no país (UNODC, 2013, p. 10) e O'Reagan & Thompson (2013, p. 3) apontam que, no mínimo, 25 toneladas de cocaína tenham entrado no país entre abril e julho de 2012.

Assim, o contexto político, de desenvolvimento e securitário na Guiné-Bissau, entre 2007 e 2014 apresentou-se altamente complexo, na medida em que apresentou graves problemas nas três esferas analisadas. Além disso, esse cenário foi permeado por ações de autoridades governamentais que não refletiram as necessidades de construção da paz da sociedade guineense, como nos casos dos golpes militares e do envolvimento de autoridades com o tráfico internacional de ilícitos. Com esse pano de fundo, a terceira seção analisa a atuação da PBC com vistas a compreender a natureza dessa atuação, e em que medida suas iniciativas contribuíram para a melhoria do cenário analisado.

3. A Comissão para a Construção da Paz no contexto guineense: qual paz?

O quadro de grave crise política, social e securitária da Guiné-Bissau motivou a inclusão desse país na agenda da PBC, após solicitação do país ao Conselho de Segurança (CABI, 2007). O mandato da PBC na Guiné-Bissau, à luz da Resolução A/60/180 (2005, par. 2), consistiria em três linhas de ação: (1) propor estratégias para a construção da paz; (2) coordenar os atores nacionais e internacionais e; (3) angariar recursos para o país. Problematizando a atuação da PBC na Guiné-Bissau, é claramente possível perceber esta atuação ocorrendo em três fases: (1) uma primeira fase, de 2007 a 2012; (2) segunda fase, de 2012 a 2014 e; (3) terceira fase, a partir de 2014. A primeira fase caracterizou-se pelo engajamento inicial da PBC na Guiné-Bissau, na qual ocorreram as primeiras viagens da PBC à Guiné-Bissau e houve o delineamento do planejamento das atividades da PBC naquele contexto. A segunda fase, por sua vez, foi marcada pela redução significativa da atuação da Comissão entre 2012 e 2014. Segundo Viotti (2013, p. 9), devido ao golpe militar de 2012, a PBC careceu de interlocutores reconhecidos nacional e internacionalmente na Guiné-Bissau. Consequentemente, a atuação da PBC na segunda fase ficou restrita ao acompanhamento do contexto político do país, normalizando seu engajamento apenas na terceira fase, no contexto das eleições de março de 2014.

Esse mandato foi realizado por meio de atividades que, para fins de um melhor delineamento institucional da PBC, podem ser classificadas em quatro dimensões: (1) planejamento para a Construção da Paz na Guiné-Bissau, definindo os temas prioritários para seu engajamento no país; (2) reuniões de trabalho; (3) visitas à Guiné-Bissau e; (4) declarações diplomáticas. A primeira dimensão corresponde ao planejamento das atividades da PBC no país e culminou com a publicação do “Quadro Estratégico para a Construção da Paz na Guiné-Bissau” (PBC/3/GNB/3, 2008), doravante “Quadro Estratégico”. O Quadro Estratégico identificou seis temas prioritários para a construção da paz na Guiné-Bissau (PBC/3/GNB/3, 2008, par. 13): (a) eleições; (b) medidas para estimular a economia e

reabilita a infraestrutura; (c) segurança e reforma do setor de defesa; (d) fortalecimento do setor de justiça, consolidação do Estado de Direito e luta contra o tráfico de drogas; (e) reforma da administração pública e; (f) questões sociais. Os itens (a) e (e) relacionam-se à esfera política analisada pelo presente artigo; os itens (b) e (f) relacionam-se à esfera do desenvolvimento e os itens (c) e (d) relacionam-se à esfera securitária. Em cada área, previu-se o apoio ao governo guineense para a implantação de políticas públicas e a mobilização de recursos financeiros para processos de construção da paz na Guiné-Bissau (idem). O Quadro Estratégico foi objeto de uma única revisão²¹, no ano de 2009, na qual a reforma do setor de segurança tornou-se o tema de maior prioridade no país (PBC/4/GNB/1, 2009, par. 49). A segunda dimensão são as reuniões da Configuração Específica (CSC) e do Grupo de Trabalho sobre Lições Aprendidas (WGLL). As reuniões da CSC foram encontros periódicos com o objetivo de discutir a situação da construção da paz na Guiné-Bissau. Entre 2007 e 2014, foram documentadas oito reuniões dessa natureza²². As reuniões do WGLL²³, por sua vez, contemplaram debates sobre temas que são considerados comuns aos países presentes na agenda da PBC. A terceira dimensão, por sua vez, refere-se às visitas realizadas à Guiné-Bissau por membros da Configuração, com o propósito de planejar as atividades conjuntas relacionadas à construção da paz. Essas visitas justificaram-se pelo fato de a PBC ter sede em Nova Iorque e não contar com uma representação permanente na Guiné-Bissau. Entre 2007 e 2014, foram realizadas sete missões, que duraram, em média, cerca de três dias, nas quais os membros da Configuração Específica visitaram o país e tiveram contato majoritário com representantes de autoridades governamentais²⁴ (CSC, 2008; PBC/2/GNB/7, 2008; PBC/2/GNB/6, 2008; CSC, 2008b; PBC/4/GNB/4, 2010; CSC, 2014d; CSC, 2014e). Finalmente, a quarta dimensão é formada pelas declarações diplomáticas, as quais evidenciam o posicionamento

²¹ De acordo com o Quadro Estratégico, esse documento deveria ser revisado a cada seis meses, no entanto, foi realizada somente uma revisão, no ano de 2009 (PBC/4/GNB/1, 2009, par. 49).

²² As reuniões da Configuração Específica são as seguintes: PBC/3/GNB/SR.1 (2008), PBC/2/GNB/SR.2 (2008), PBC/2/GNB/SR.3 (2008), PBC/4/GNB/SR.1 (2010), CSC (2013), CSC (2014), CSC (2014b) e CSC (2014c).

²³ A Guiné-Bissau foi objeto de algumas citações pontuais no contexto do WGLL, as quais incluíram, por exemplo a importância do engajamento de arranjos regionais na construção da paz, e mencionou-se o caso da Guiné-Bissau e da atuação da Comunidade Econômica dos Estados do Oeste da África - ECOWAS (WGLL, 2009, p. 1), ou ainda, mencionou-se o fato de que uma das prioridades da Guiné-Bissau era a revitalização da economia, e que isso deveria ser replicado para outros países (WGLL, 2011, p. 1). Ao todo, as menções à Guiné-Bissau ocorreram em oito documentos (WGLL, 2009; 2009b; 2010; 2010b; 2009c; 2011; 2011b; 2011c). Assim, devido ao caráter genérico da documentação produzida pelo WGLL, a presente pesquisa optou por concentrar a análise nos documentos produzidos pela Configuração Específica para a Guiné-Bissau e pelos documentos do Fundo para a Construção da Paz (PBF).

²⁴ Ainda que as reuniões da Configuração Específica e as missões da PBC contassem com a participação de alguns representantes da sociedade civil, apenas três organizações foram citadas nos documentos da PBC, entre 2007 e 2014: Voz di Paz (PBC/4/GNB/1, 2009, par. 51; CSC, 2014, p. 5), AMAE (Associação de Mulheres em Atividade Econômica) e Comissão das Trabalhadoras Mulheres (CMNT) (CSC, 2014, p. 5).

oficial da PBC sobre acontecimentos na Guiné-Bissau e atualizam as Nações Unidas sobre a situação da construção da paz na Guiné-Bissau²⁵.

Além de destacar delineamento institucional da PBC, é importante evidenciar a atuação do Fundo para a Construção da Paz junto à Guiné-Bissau, na medida em que este buscou coordenar a alocação de recursos financeiros internacionais para projetos nesse país. Entre 2007 e 2014, o Fundo aprovou US\$ 27,1 milhões para projetos na Guiné-Bissau, os quais foram alocados nos três eixos de atuação analisados no artigo: (1) 50% desse valor referiu-se a projetos na área de RSS; (2) 35% para projetos relacionados à temática do desenvolvimento e; (3) 15% relacionados à temática política (MPTF, 2015).

Com base nesse contexto institucional, iniciou-se a análise da atuação da PBC pela esfera política, por meio da alocação de recursos do Fundo para a Construção da Paz nessa temática. Nessa esfera, um dos importantes pilares relativamente à construção da paz democrática e liberal, elemento estruturante da ação da PBC na Guiné-Bissau, é a promoção de democracias. Nesse sentido, observou-se a lógica democrática sendo operacionalizada em dois eixos: (1) a promoção de eleições; (2) a promoção de outras formas de diálogo político. A primeira dimensão centrou-se em projetos relacionados à organização de eleições entre 2007 e 2014, ao passo que a segunda dimensão focou-se em projetos que buscaram promover debates com a população. No total, os projetos relacionados à esfera política tiveram um orçamento de US\$4.279.410,88, sendo que US\$ 2.809.145,88 (65,6% do orçamento da temática política) foram destinados a projetos no tema das eleições²⁶ e US\$ 1.470.265,00 (34,3%) destinados a outras formas de diálogo político²⁷. Nesse contexto, o valor efetivamente gasto em eleições (US\$ 2.624.154,07, o que totalizou 93% do orçamento previsto para eleições) superou, em larga medida, os gastos com projetos para outras formas de diálogo político (US\$ 36.129,66, o que totalizou 2% do orçamento previsto para outras formas de diálogo político) (MPTF, 2015).

Assim, observa-se que as eleições ocuparam um papel prioritário na alocação de recursos do Fundo para a Construção da Paz. Nesse sentido, as eleições não apenas receberam a maior fatia dos recursos desse Fundo, mas, também, tiveram sua relevância reafirmada mesmo em projetos cujo foco principal era o fortalecimento de outras formas de diálogo político. Assim, no projeto de “Coordenação Estratégica e Comissão Nacional de Planejamento” - que almejou a promoção do diálogo político entre facções políticas rivais na Guiné-Bissau (PBF/IRF-70, 2013) - afirmou-se que a cadeia causal que colocaria um

²⁵ As referências das declarações são: PBC/3/GNB/5 (2009), PBC/3/GNB/6 (2009), Viotti (2012), Viotti (2012b), Viotti (2012c), Viotti (2013), Patriota (2014), CSC (2014f), CSC (2014g), CSC (2014h).

²⁶ Os projetos relativos ao tema das eleições são os seguintes: PBF/GNB/A-1 (2008), PBF/IRF-82 (2014), PBF/IRF-85 (2014), PBF/IRF-86 (2014), PBF/IRF-87 (2014).

²⁷ Os projetos relativos ao tema das outras formas de diálogo político são: PBF/GNB/A-2 (2011), PBF/IRF-70 (2013).

fim à dinâmica de golpes deveria envolver eleições pacíficas (PBF/IRF-70, 2013, p. 8). Além disso, o projeto “Apoio à Reconciliação Nacional e ao Diálogo Político” (PBF/GNB/A-2, 2011)²⁸ enfatizou que um de seus objetivos era o de oferecer cursos de capacitação à população sobre “modelos” de participação em processos democráticos (PBF/GNB/A-2, 2011, p. 2-3).

Além da análise da alocação dos recursos do Fundo para a Construção da Paz, foram analisados os documentos²⁹ produzidos pela PBC para a Guiné-Bissau, entre 2007 e 2014, na temática política. Nesse contexto, entre 2007 e 2012 - primeira fase da atuação da PBC na Guiné-Bissau - observou-se que as iniciativas da Comissão na temática política pautaram-se: (1) pela ênfase na realização de eleições e; (2) pelo escasso engajamento com outras formas de diálogo político, a despeito de a PBC declarar, em praticamente todos os relatórios da PBC, a importância da ‘apropriação local’. A ênfase na realização de eleições foi observada no relatório intitulado “Nota de Contexto sobre as Eleições Legislativas de 16 de Novembro de 2008” (PBC, 2008), o qual tratou especificamente sobre os arranjos necessários para a realização daquele pleito eleitoral, como a necessidade de levantamento de recursos financeiros e técnicos. No mesmo ano, a PBC elaborou o Quadro Estratégico para a Construção da Paz, que posicionou a realização das eleições como a principal prioridade para a construção da paz nesse país (PBC/3/GNB/3, 2008, p. 5). Assim, esse documento (PBC/3/GNB/3, 2008) tornou evidente que o engajamento político da PBC na Guiné-Bissau teria como foco o estabelecimento de um governo democraticamente eleito. Nesse contexto, a ênfase na realização de eleições deu-se em detrimento de um engajamento mais aprofundado com a sociedade guineense. Uma evidência desse fato é que o contato entre a PBC e a sociedade guineense limitou-se à presença de representantes de organizações da sociedade civil guineense em missões e em visitas, sendo que, entre 2008 e 2011, apenas a organização Voz di Paz foi nominalmente citada em relatórios da PBC (PBC/4/GNB/1, 2009, par. 51).

A consequência dessa ênfase em processos eleitorais materializou-se a partir da segunda fase do engajamento da PBC na Guiné-Bissau, entre 2012 e 2014, quando o país permaneceu sem um governo democraticamente eleito, em razão do golpe militar. Naquele contexto, de acordo com Viotti (2013, p. 9), a PBC ficou, por dois anos, sem interlocutores

²⁸ O projeto Apoio à Reconciliação Nacional e ao Diálogo Político teve quatro objetivos: (i) apoiar o país no processo de revisão da Constituição; (ii) apoiar o diálogo nacional; (iii) fortalecer competências de liderança e de resolução de conflitos por meio da oferta de treinamentos; (iv) campanha de educação cívica e para a paz, que previa treinamentos sobre “modelos” de participação em processos democráticos (PBF/GNB/A-2, 2011, p. 2-3).

²⁹ Os documentos analisados foram aqueles produzidos pela PBC para a Guiné-Bissau entre 2007 e 2014, os quais estão disponíveis na página institucional da Comissão (PBC, 2016) e estão disponíveis nas referências bibliográficas do presente artigo, compreendendo atas de reuniões, relatórios de visitas e declarações diplomáticas.

nacional e internacionalmente reconhecidos com os quais pudesse dialogar. Assim, em um contexto de grave crise institucional, a PBC viu-se enfraquecida, na medida em que, retirada a via eleitoral, suas declarações tiveram pouca força propositiva, no sentido de promover outras formas de debate junto à sociedade guineense, na medida em que se voltaram, preponderantemente: (1) a condenar o golpe militar no país (VIOTTI, 2012); (2) a relatar a situação da Guiné-Bissau para o Conselho de Segurança e para a Assembleia Geral (VIOTTI, 2012b; 2012c; 2013) e (3) a recomendar ao governo da Guiné-Bissau que fizesse esforços para o diálogo e a construção da paz na Guiné-Bissau (VIOTTI, 2012; 2013). Ainda nesse contexto, é importante recordar que um dos projetos apoiados pelo Fundo para a Construção da Paz na Guiné-Bissau destinou-se à promoção do diálogo político entre facções rivais (PBF/IRF-70, 2013), no contexto do golpe militar. No entanto, merece destaque o fato de que esse projeto, organizado pelo Escritório Integrado das Nações Unidas para a Construção da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), não foi mencionado em nenhum dos documentos produzidos pela PBC durante o período do golpe militar. Assim, a Comissão teve uma atuação limitada no que se referiu à promoção de outras formas de diálogo político junto à sociedade guineense. Dessa forma, reforçou-se o argumento de que os projetos da PBC no âmbito político tiveram um viés de paz liberal, na medida em que a promoção da democracia pela via das eleições assumiu um papel protagônico nesse contexto.

Em março de 2014, após a realização das eleições que marcaram o fim do período do golpe militar, iniciou-se a terceira fase do engajamento da PBC no país, conforme classificação proposta no presente artigo. Assim, durante esse período, não foram observadas novas iniciativas de promoção do diálogo capazes de aproximar a PBC dos problemas enfrentados pela sociedade guineense. Um exemplo dessa afirmação foi a proposta do Embaixador Antônio de Aguiar Patriota, que, após o período eleitoral, sugeriu quatro áreas para o reengajamento da PBC no país: 1) a promoção do diálogo político em torno de um processo de RSS claro, envolvendo atores internacionais como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); 2) a melhoria da geração de renda no país por meio da exploração de recursos naturais, com o apoio técnico de parceiros como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial; 3) a mobilização de parceiros para a realização de uma conferência de doadores para a Guiné-Bissau em 2015 e; 4) o fortalecimento do sistema de saúde da Guiné-Bissau e seu preparo contra um potencial espalhamento do vírus Ebola (CSC, 2014b, p. 4). Assim, no contexto das propostas de reengajamento da PBC na Guiné-Bissau, a única proposta de diálogo político deu-se em torno de um tema externamente definido, a Reforma do Setor de Segurança. Essa proposta, por sua vez, ocorreu em detrimento de um debate que buscasse

verificar os problemas políticos enfrentados pela sociedade guineense, a partir da perspectiva dessa sociedade. Dessa forma, verificou-se que, entre 2007 e 2014, a Comissão adotou, na Guiné-Bissau, a presunção de que a realização de eleições deveria ser a solução política para a pacificação das crises guineenses. Por isso, é possível afirmar que, no âmbito político, a presunção da PBC de universalidade da construção da paz liberal produziu um distanciamento dessa Comissão com relação às necessidades da sociedade guineense. Esse fato remete ao argumento de Stamnes (2010, p. 26), para quem a pressuposição de universalidade da construção da paz democrática e liberal leva agentes de organizações internacionais a crer que iniciativas como inquéritos e a promoção de diálogos no contexto da sociedade local constituem um desperdício de tempo.

No que concerne à segunda esfera de análise do presente artigo – o desenvolvimento - esse afastamento entre a PBC e a sociedade local foi, também, evidenciado. No que se refere ao Fundo para a Construção da Paz (PBF), é possível notar que a questão do desenvolvimento teve pouca ênfase, na medida em que apenas quatro dos vinte projetos implementados entre 2007 e 2014 pelo PBF, num total de U\$S 9.385.120,00 (35% do orçamento para a Guiné-Bissau), referiram-se à temática do desenvolvimento. Os projetos no âmbito do desenvolvimento foram: (1) “Empregos para jovens e mulheres período pós-eleições na Guiné-Bissau” (PBF/IRF-76, 2013), que tinha o objetivo de reabilitar infraestruturas relacionadas à criação de animais (abatedouros) e proporcionar a mulheres e jovens mais empregos nesse contexto (PBF/IRF-76, 2013); (2) “Apoio à criação de empregos e de renda na Guiné-Bissau” (PBF/GNB/D-2, 2012), que buscou, com o apoio de organizações não-governamentais, fomentar a criação de empregos no país; (3) “Impacto Multinível para Empoderamento Econômico das Mulheres na Guiné-Bissau” (PBF/IRF-50, 2015), que buscava a criação de empregos para mulheres, por meio de financiamento e de apoio a pequenas empresas³⁰; (4) “Treinamento e Emprego de Jovens Profissionais” (PBF/GNB/D-1, 2008; 2011), que tinha o objetivo de prover treinamentos para jovens, de forma a viabilizar sua inserção no mercado de trabalho nacional;

Enquanto a avaliação do primeiro projeto proporcionou a criação de cerca de 400 empregos no país (PBF/IRF-76, 2013), o segundo e o terceiro projetos foram interrompidos pelo golpe militar de 2012. No entanto, o terceiro projeto foi retomado em julho de 2013, tendo como resultado a melhoria de 23 pequenas e médias empresas e a legalização de 15 organizações de mulheres (PBF/IRF-50, 2015, p. 9). Por fim, o projeto “Treinamento e Emprego de Jovens Profissionais” (PBF/GNB/D-1, 2008; 2011), que ocorreu entre dezembro

³⁰ Esse projeto foi suspenso no contexto do golpe de 2012 e retomado em julho de 2013. Entre seus resultados, estão a melhoria de 23 pequenas e médias empresas e a legalização de 15 organizações de Mulheres (PBF/IRF-50, 2015, p. 9)

de 2008 e março de 2011, foi finalizado; no entanto, seu relatório de avaliação final destacou que: “os apoios em matéria da melhoria da oferta de formação não são pertinentes, pois são muito clássicos e não contemplaram as necessidades do mercado e nem dos demandantes de emprego” (PBF/GNB/D-1, 2011, p. 7)³¹. Assim, as avaliações dos projetos financiados com recursos do Fundo para a Construção da Paz no âmbito do desenvolvimento evidenciaram que três dos quatro projetos foram prejudicados tanto em razão do golpe militar de 2012 - no qual a PBC teve uma escassa margem de atuação no sentido de apoiar o diálogo entre as partes rivais - quanto em razão de falhas em buscar uma compreensão mais aprofundada dos problemas locais. Assim, as falhas da PBC em buscar uma maior aproximação com a realidade local, buscando o entendimento das necessidades dessa sociedade, foram verificadas nesses projetos.

Ainda na esfera do desenvolvimento, foram analisados os documentos produzidos pela PBC, entre 2007 e 2014, relativamente à Guiné-Bissau. Nesse contexto, evidenciaram-se propostas de atuação genéricas e uma escassa mobilização de recursos. Por um lado, a proposição de estratégias genéricas foi evidenciada no âmbito do relatório de acompanhamento do Quadro Estratégico de 2008, que foi elaborado em 2009 e limitou-se a afirmar que “...os próximos passos da PBC no âmbito social teriam o objetivo de continuar apoiando o governo no tratamento dos ‘desafios dos setores sociais, dado que eles representam um risco para o processo de construção da paz no país’” (PBC/4/GNB/1/add.1, 2010, p. 14). Esse documento não mencionou, no entanto, por meio de quais instrumentos esse apoio seria concretizado, ou, ainda, de que forma isso ocorreria, caracterizando, assim, um planejamento superficial de suas ações para o país. Por outro lado, no que concerne à mobilização de recursos, identificou-se que, somente em três ocasiões, entre 2007 e 2014, a PBC advogou recursos ou apoio internacional para a melhoria do desenvolvimento na Guiné-Bissau: (1) em 2009, solicitou o apoio do Banco Mundial e do Banco de Desenvolvimento Africano para promover melhorias no setor de energia do país (PBC/4/GNB/1/add.1, 2010); (2) em 2010, a Configuração específica para a Guiné-Bissau reuniu-se com o FMI e com o Banco Mundial, com o objetivo de discutir a assistência para o desenvolvimento à Guiné-Bissau (VIOTTI, 2013, p. 5) e; (3) ainda em 2010, a Presidente da Configuração Específica escreveu uma carta ao FMI solicitando que o pedido de alívio da dívida da Guiné-Bissau fosse considerado favoravelmente³² (VIOTTI, 2013, p. 5). Dessa forma, os documentos produzidos pela PBC para a Guiné-Bissau na esfera do

³¹ Tradução dos autores. Original em francês: “*Les appuis en matière d’amélioration de l’offre de formation ne sont pas pertinents, ils restent trop classique et ne permettent pas de satisfaire les besoins du marché ni ceux des demandeurs d’emploi*” (PBF/GNB/D-1, 2011, p. 7)

³² O país atingiu os requisitos para entrada no programa de Alívio da Dívida a Países Pobres do FMI e do Banco Mundial em dezembro de 2010, e, em consequência, teve o perdão de 90% de sua dívida com credores internacionais (VIOTTI, 2013, p. 5-6).

desenvolvimento evidenciaram um engajamento limitado dessa Comissão com a promoção da temática econômica e social, as quais ocuparam um espaço reduzido na agenda da PBC para o país.

Contrastando com o espaço reduzido conferido ao desenvolvimento, a Comissão atribuiu uma atenção prioritária que à temática da Reforma do Setor de Segurança (RSS). Esse fato foi evidenciado tanto no contexto dos projetos do Fundo para a Construção da Paz (PBF) para a Guiné-Bissau relativos à RSS quanto nos documentos produzidos pela PBC para a Guiné-Bissau no âmbito dessa temática. A análise do portfólio de projetos do PBF para a Guiné-Bissau demonstrou que 50% do orçamento total do Fundo para a Guiné-Bissau, entre 2007 e 2014, ou US\$ 13.455.802,00, destinaram-se à RSS (MPTF, 2015). Nesse período, o tema de desenvolvimento recebeu 35% dos recursos do PBF para a Guiné-Bissau, ao passo que o tema da política recebeu 15% desse total (MPTF, 2015). Esse fato reforça a argumentação de que essa agenda temática, delineada de forma preponderante por autoridades governamentais, com o apoio de atores internacionais, como o Reino Unido, assumiu um papel preponderante relativamente às necessidades de desenvolvimento da população guineense. No total, foram realizados sete projetos entre 2007 e 2014 no âmbito da RSS: (1) Projeto para a reabilitação de Quarteis Militares, que destinou-se à melhoria da infraestrutura de trinta e três quartéis militares (PBF/GNB/B-2, 2009; 2011); (2) Reabilitação de prisões e treinamento de equipes de penitenciárias, destinado à melhoria das condições estruturais de prisões e ao treinamento de agentes penitenciários (PBF/GNB/B-1, 2011); (3) Avaliação para treinamento de militares, cujo objetivo era realizar uma pesquisa que indicasse as áreas nas quais havia a necessidade de treinamentos para militares (PBF/GNB/B-3, 2010); (4) Apoio para Conferências Nacionais em Defesa e Segurança, que tinha por objetivo apoiar o governo guineense para a realização de encontros entre membros do setor de segurança e defesa sobre RSS³³ (PBF/GNB/B-4, 2011); (5) Apoio à Reforma do Setor de Defesa e Segurança, que tinha o objetivo de apoiar a Estratégia de RSS do governo (PBF/GNB/B-5, 2011); (6) Fortalecimento da Segurança Interna e do Sistema de Justiça, que tinha o objetivo melhorar o acesso dos guineenses ao Poder Judiciário, mas que foi suspenso no contexto do golpe militar de 2012 (PBF/GNB/B-6, 2011) e; (7) Fortalecimento da Segurança e da Estabilidade na Guiné-Bissau, por meio da melhoria de sistemas de informação relacionados ao tráfico de drogas (PBF/IRF-93, 2014).

³³ Esse projeto resultou de uma iniciativa do governo guineense iniciada em 19 de agosto de 2010, lançou um projeto de conferências no país. Essas conferências tinham o objetivo de discutir as causas e consequências dos conflitos na Guiné-Bissau. Nesse contexto, foram organizados esses encontros em reforma do Setor de Segurança (PBF/GNB/B-4, 2011, p. 2).

Os projetos apresentados conduzem ao questionamento sobre se a RSS, identificada como prioritária pela PBC, corresponde a necessidades verificadas junto à sociedade guineense. Entretanto, ao menos dois exemplos dão evidências em contrário. O primeiro exemplo, o relatório de avaliação do “Projeto para a Reabilitação de Quartéis Militares” (PBF/GNB/B-2, 2011) destacou que, antes do início de seu planejamento, não foi realizada uma pesquisa técnica sobre os requisitos do projeto. Consequentemente, seu planejamento revelou-se, de acordo com esse relatório, “irreal e não-factível”, na medida em que seu orçamento foi insuficiente para o escopo inicialmente previsto (PBF/GNB/B-2, 2011, p. 6). O segundo exemplo, o projeto “Reabilitação de prisões e treinamento de equipes de penitenciárias” (PBF/GNB/B-1, 2011) tinha como um de seus objetivos a construção de quatro prisões na Guiné-Bissau (PBF/GNB/B-1, 2011). No entanto, a falta de uma avaliação das necessidades técnicas fez com que o orçamento desse projeto tenha sido considerado “não realista”, na medida em que duas prisões, das quatro previstas, foram construídas (PBF/GNB/B-1, 2011, p. 8). Contudo, ainda que os projetos tivessem sido concluídos, é necessário questionar o ponto de partida dos mesmos, no sentido de que a construção de infraestruturas militares, *per se*, não resulta na construção da paz. Ainda no caso do “Projeto para a Reabilitação de Quartéis Militares” (PBF/GNB/B-2, 2009), é necessário notar que este partiu da premissa de que investir na melhoria das dependências infraestruturas militares, como prédios e quartéis, traria maior estabilidade para as Forças Armadas e, portanto, teria reflexos positivos para a estabilidade da política guineense (PBF/GNB/B-2, 2009, p.2). Essa premissa, no entanto, mostrou-se incorreta, na medida em que o projeto foi entregue em agosto de 2011, e menos de um ano após essa entrega, sobreveio o golpe militar de abril de 2012. Além disso, os dois projetos mencionados foram considerados irrealistas, na medida em que os orçamentos previstos se revelaram insuficientes para as atividades previstas em cada um deles. No entanto, esses projetos não questionaram em que medida as iniciativas neles contempladas proporcionariam a melhoria das condições de segurança humana da população, tal como preconizada pelas Nações Unidas (PNUD, 1994), a qual enfatiza a centralidade do desenvolvimento para a paz. Assim, é possível afirmar que houve um descasamento entre as ações da PBC e a realidade da sociedade guineense, na medida em que os projetos de reforma do setor de segurança não apresentam evidências de que se coadunam com as necessidades de segurança humana da Guiné-Bissau. Ao contrário, o fortalecimento da segurança humana necessita da melhoria de indicadores econômicos e sociais, o que difere do foco adotado pela PBC de promover melhorias voltadas ao setor militar desse país.

Essa centralidade da RSS para a PBC também aparece nos documentos dessa Comissão para a Guiné-Bissau, como no relatório de revisão do Quadro Estratégico de 2008

(PBC/4/GNB/1, 2009) e nas recomendações da PBC ao governo guineense (PBC/4/GNB/1, 2009, p. 11; PBC/4/GNB/3, 2010, p. 2). No relatório de revisão, a PBC recomendou que, após a realização do ciclo eleitoral de 2008, a prioridade atribuída às eleições não mais deveria refletir as necessidades mais prementes de estabilidade do país (PBC/4/GNB/1, 2009, p. 10). Dessa forma, a PBC sugeriu ao governo da Guiné-Bissau a alteração da ordem dos temas prioritários para a construção da paz no país, de forma a elevar a Reforma do Setor de Segurança ao tema de maior prioridade (idem). Ainda no relatório de Revisão do Quadro Estratégico, a PBC recomendou ao governo guineense que os parceiros do país deveriam focar seus esforços na RSS, e que a mobilização de recursos deveria dar prioridade aos fundos de aposentadoria, os quais eram considerados a pedra fundamental da RSS (PBC/4/GNB/1, 2009, p. 11)³⁴.

Dada a alta prioridade conferida à Reforma do Setor de Segurança pela PBC, é necessário problematizar a importância conferida a esse tema. Nesse sentido, é importante notar as pesquisas elaboradas pela organização Voz di Paz³⁵ e pelo Banco Mundial, as quais colocam questionamentos à RSS como a resposta para o enfrentamento dos problemas guineenses. As pesquisas da ONG Voz di Paz e do Banco Mundial mostraram, respectivamente, as perspectivas de diferentes grupos sociais da Guiné-Bissau relativamente às causas dos conflitos nacionais e aos fatores que constituem os maiores entraves para o desenvolvimento do país. Assim, a análise dessas pesquisas permitem ampliar o debate sobre a interação entre a PBC e o contexto nacional, permitindo, dessa forma, relativizar a prioridade concedida pela PBC à RSS e às eleições como a principal forma de diálogo dessa Comissão com a realidade política guineense.

Entre 2007 e 2009, a organização Voz di Paz elaborou uma pesquisa com o objetivo de identificar a percepção da população do país quanto às causas dos conflitos nacionais. Durante a pesquisa, 3.000 participantes de diversos grupos sociais e regiões³⁶ debateram as principais causas de conflito do país. Segundo os participantes da pesquisa, os problemas nacionais tinham quatro causas principais: (1) o enfraquecimento do Estado e sua má-administração; (2) a pobreza; (3) a má-administração da justiça e; (4) o tribalismo, que se refere à utilização das diferenças culturais e étnicas para fins políticos (VOZ DI PAZ,

³⁴ Essa alta prioridade conferida pela PBC aos fundos de aposentadoria remete ao diagnóstico de O'Reagan e Thompson (2013, p. 7), segundo os quais as Forças Armadas eram uma instituição sobredimensionada. Assim, seria necessário levantar recursos que permitissem pagar os custos relativos às aposentadorias dos membros das Forças Armadas.

³⁵ A Voz di Paz é uma organização não-governamental da Guiné-Bissau que tem o objetivo de apoiar atores locais, entre os quais autoridades nacionais e regionais, para atuarem para a construção da paz e a prevenção de conflitos (VOZ DI PAZ, 2010, p. 4).

³⁶ Os participantes da pesquisa da organização Voz di Paz eram provenientes dos seguintes grupos: representantes locais da sociedade civil, do Estado, de instituições privadas, tradicionais e religiosas e de rádios comunitárias. Além disso, a pesquisa foi realizada nos 38 setores administrativos do país (VOZ DI PAZ, 2010, p. 12).

2010, p. 13). Para a população, o enfraquecimento do Estado foi identificado ao grave *déficit* da infraestrutura de repartições públicas, portos e rodovias nacionais (VOZ DI PAZ, 2010, p. 36). Sem tais estruturas, não é possível ampliar o atendimento da população a serviços básicos, como saúde e educação, nem a produção de produtos essenciais à alimentação da população e à economia nacional, como é o caso do arroz e da castanha de cajú. O segundo fator mais identificado pela população aos conflitos do país foi a pobreza, a qual foi identificada pela população guineense como uma das causas mais estruturantes dos conflitos do país (VOZ DI PAZ, 2010, p. 38). Segundo a organização Voz di Paz, o provérbio “em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão” foi citado diversas vezes, demonstrando, assim, a percepção popular segundo a qual os conflitos existentes na Guiné-Bissau estão diretamente associados ao quadro de indigência crônica da população (idem). Essa percepção popular, por sua vez, dialoga com o conceito de violência estrutural proposto por Johan Galtung (GALTUNG, 1969, p.173 e p. 183). O terceiro aspecto mais citado pela população da pesquisa foi o acesso à justiça, pois o sistema de justiça nacional tem problemas como a morosidade dos processos judiciais, a corrupção e a falta de funcionários capacitados para o exercício de suas funções (VOZ DI PAZ, 2010, p. 41). O quarto aspecto mais citado, o tribalismo, é a instrumentalização das diferenças sociais para promover interesses políticos, o que leva ao aprofundamento de “(...) incompreensões, radicalismos e ódios que enfraquecem a coesão nacional e dilaceram o tecido social” (VOZ DI PAZ, 2010, p. 15). De fato, de acordo com Ferreira (FERREIRA, 2004, p. 55) o tribalismo foi um dos fatores que contribuíram para a guerra civil de 1998, na medida em que disputas políticas geraram polarizações na sociedade com relação à etnia Balanta.

A pesquisa realizada pelo Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2015c), por sua vez, teve o propósito de, entre outros, oferecer ao Banco maior conhecimento sobre seus parceiros locais. Essa pesquisa foi realizada com 183 participantes de ONGs (18%), de ministérios (15%), de organizações do setor privado (10%), da academia e de *Think Tanks* (5%) (BANCO MUNDIAL, 2015c, p. 5). Nesse contexto, os participantes responderam a um questionário, no qual tiveram que escolher³⁷ as três áreas de maior prioridade para o desenvolvimento na Guiné-Bissau. Como resultado dessa pesquisa, as três principais áreas escolhidas foram a educação (65% dos votos), a energia (40% dos votos) e a segurança/estabilização/reconstrução (35% dos votos) (BANCO MUNDIAL, 2015c, p. 53).

Dessa forma, as pesquisas realizadas pela Voz di Paz e pelo Banco Mundial revelam que, com a ampliação e a diversificação dos grupos sociais, surgem perspectivas distintas

³⁷ Os participantes escolheram entre 37 áreas, das quais as 10 primeiras foram: educação (65.3%), energia (39.9%), segurança, estabilização e reconstrução (34.7%), saúde (23.7%), governança/reforma do setor público (22.5%), desenvolvimento do setor doméstico privado (12.7%), Justiça e direito (12.7%), desenvolvimento agrícola (11.6%), transporte (10.4%), redução da pobreza (9.2%) (BANCO MUNDIAL, 2015c, p. 53).

acerca do entendimento sobre os conflitos e as prioridades de desenvolvimento na Guiné-Bissau. Considerando que a PBC defende que os processos de construção da paz sejam caracterizados pela apropriação local (KOHL, 2014, p. 12) torna-se fundamental, para a PBC, engajar-se na busca pela compreensão dessas diferentes perspectivas, superando a visão predominantemente engajada com processos eleitorais e autoridades governamentais. Essa busca faz-se necessária devido ao fato de que um processo de construção da paz que se distancie das diferentes realidades nacionais pode, também, não contemplá-las. No entanto, no caso da PBC, a análise das esferas política, de desenvolvimento e de segurança demonstrou que houve um distanciamento da PBC relativamente à busca por uma aprofundamento da compreensão dos problemas que afetam a sociedade guineense, segundo a perspectiva da própria sociedade. De fato, nos anos iniciais de engajamento da PBC na Guiné-Bissau, essa Comissão não realizou pesquisas junto à sociedade guineense que buscassem conhecer a perspectiva da sociedade local, segundo ela própria. Nesse sentido, não aprofundou formas de diálogo político diferentes dos processos eleitorais, o que permitiria alargar seu conhecimento sobre as diferentes realidades locais. Por fim, sugeriu como prioridade para a construção da paz na Guiné-Bissau a Reforma do Setor de Segurança, tema que, entre 2007 e 2014, foi defendido por governos marcados pelo envolvimento inconstitucional de militares na vida política do país. De fato, esse relativo distanciamento da PBC com relação à sociedade guineense fez com que o foco prioritário adotado, a RSS, não tenha sido suficiente para trazer à população da Guiné-Bissau a paz positiva, a qual, segundo Johan Galtung (1969), não apenas faria cessar a violência direta, mas também a violência estrutural (GALTUNG, 1969, p.173 e p. 183).

Nesse sentido, a paz proporcionada pela PBC no contexto guineense, ao longo do período analisado, apresentou limites, pois embora a Comissão tenha atuado em busca de cumprir seu mandato, a população do país não vivenciou melhorias em seu contexto político, de desenvolvimento e securitário. São emblemáticos dos limites: (1) na esfera política, os sucessivos golpes militares na Guiné-Bissau, que ocorreram a despeito do engajamento da PBC na organização de pleitos eleitorais; (2) na esfera do desenvolvimento, o aumento significativo da pobreza extrema no país (BANCO MUNDIAL, 2015c) e; (3) na esfera relacionada à Reforma do Setor de Segurança, o aumento do tráfico internacional de ilícitos (UNODC, 2013, p. 10; O'REAGAN E THOMPSON, 2013, p. 3), a precariedade do acesso ao sistema de Justiça pela população e da situação de direitos humanos no país (LGDH, 2013). Assim, embora a aproximação da PBC relativamente à realidade local não seja, *per se*, condição suficiente para a superação desses limites, ela é uma condição necessária para que a estratégia da PBC possa ser continuamente estruturada para responder aos desafios relativos ao processo de construção da paz na Guiné-Bissau.

Conforme debatido no presente artigo, esse processo é complexo, multifacetado e, portanto, necessita de uma compreensão aprofundada dos problemas vividos pelo país. Dessa forma, evidencia-se que uma abordagem baseada na assunção da universalidade da paz liberal revela-se incapaz dessa compreensão, a qual necessita do aprofundamento do diálogo com a sociedade local, o que é necessário para apreender - e dialogar - com os problemas por ela enfrentados.

Conclusão

A presente pesquisa analisa a atuação da Comissão para a Construção da Paz das Nações Unidas (PBC), identificando em que medida essa Comissão contribuiu para a construção da paz na Guiné-Bissau entre 2007 e 2014. No âmbito político, o artigo evidenciou que, se, por um lado, o histórico da Guiné-Bissau foi permeado por sucessivas crises políticas, por outro, a PBC, desde o início de suas atividades no país, teve o seu foco centrado na realização de eleições. Assim, o viés de construção da paz democrática e liberal operacionalizado por essa Comissão fez com que ela não buscasse uma aproximação com outros grupos sociais para além das autoridades governamentais. Consequentemente, a PBC não foi capaz de compreender as questões profundas que compõem o cenário político da Guiné-Bissau e que impulsionaram as diversas crises vivenciadas pelo país no período analisado, as quais se deram a despeito de a PBC ter atuado para promover sucessivos pleitos eleitorais. Assim, a atuação da PBC na Guiné-Bissau demonstrou que o foco preponderantemente eleitoral da PBC foi incapaz de dialogar com o contexto político mais amplo do país e, assim, produzir benefícios para a população que extrapolassem a realização de eleições. Ainda que as eleições possam trazer benefícios para a população, na medida em que constituem importante canal de participação da sociedade na vida política no país, elas não esgotam as formas pelas quais a sociedade expressa suas necessidades e anseios econômicos, políticos e sociais. Dessa forma, outras formas de diálogo político devem ser estimuladas, as quais permitam o aprofundamento da compreensão da realidade guineense para além da dinâmica eleitoral.

No âmbito da esfera relativa ao desenvolvimento, por sua vez, a pesquisa evidenciou que o contexto de gravidade social e econômica vivido pela Guiné-Bissau não foi alterado ao longo do período analisado, na medida em que houve um aumento da pobreza do país (BANCO MUNDIAL, 2015c) e a impossibilidade de o país de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Nesse contexto, a PBC fez pouco para mudar esse cenário, na medida em que outras questões, como as eleições e a RSS, ganharam prioridade em sua agenda, e o pressuposto de universalidade do paradigma de paz democrática e liberal

orientou sua atuação, produzindo um distanciamento dessa realidade. O artigo evidenciou também que a esfera da Reforma do Setor de Segurança, diferentemente da esfera do desenvolvimento, ocupou espaço prioritário no contexto da atuação da PBC. Ao não buscar um aprofundamento da compreensão das causas dos conflitos da Guiné-Bissau – relacionadas ao interrelacionamento entre as esferas política, de desenvolvimento e de segurança, a PBC adotou como prioridade as demandas da alta cúpula governamental no que concerne à RSS. Nesse contexto, a apropriação local, princípio constantemente defendido pela PBC, concentrou-se, na prática, ao contato com as autoridades governamentais do país. Se, por um lado, essa prática permitiu à Comissão algum contato com a sociedade guineense, esse contato foi limitado, na medida em que ofereceu à PBC poucas oportunidades de ouvir camadas distintas da sociedade guineense e debater os problemas nacionais a partir de uma perspectiva mais pluralista e inclusiva.

Assim, embora a PBC tenha realizado esforços no sentido de cumprir seu mandato de construção da paz na Guiné-Bissau, essa atuação apresentou limites em termos políticos, de desenvolvimento e de segurança. Dessa forma, conclui-se que a atuação da PBC para a construção da paz na Guiné-Bissau, ao orientar-se por um viés universalizante de paz liberal, não foi capaz de se aproximar dos problemas vividos pela Guiné-Bissau ao longo do período analisado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADB (2014)** *African Development Bank Group Annual Report*. Disponível em: http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/Annual_Report_2014_-Full.pdf. Acesso em: 08 de Agosto de 2015.
- BANCO MUNDIAL (2015)** *World Development Indicators 2015*. Disponível em: <http://wdi.worldbank.org/tables>. Acesso em: 24 de Novembro de 2015.
- _____. **(2015b)** *Terra Ranca! Um novo começo*. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/2015/01/24046767/guinea-bissau-country-economic-memorandum-terra-ranca-fresh-start-vol-2-guine-bissau-memorando-economico-pais-terra-ranca-um-novo-comeco-relatorio-principal>. Acesso em: 09 de Janeiro de 2016.
- _____. **(2015c)** *The World Bank Group Country Survey 2014*. Disponível em: <https://www.openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/21924/Guinea0Bissau000report0of0findings.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 de Janeiro de 2016.
- BLANCO, R. (2014)** *Del Mantenimiento de la Paz al proceso de formación del Estado: Um esbozo de los esfuerzos de la ONU para la paz internacional*. Foro Internacional, vol (nº2), pp.266-318.
- _____. **(2015)** *The UN peacebuilding process: an analysis of its shortcomings in Timor-Leste*. Rev. Bras. Polít. Int. 58 (1): 42-62.
- CRISIS GROUP (2008)** *Guinea-Bissau: In Need of a State*. Crisis Group Africa Report N°142, 2 July 2008. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/~media/Files/africa/west-africa/guinea-bissau/Guinea-Bissau%20In%20Need%20of%20a%20State.pdf>. Acesso em 11 de Agosto de 2015.
- _____. **(2012)** *Para além dos compromissos: as perspectivas de reforma na Guiné-Bissau*. Relatório África N° 183. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/~media/Files/africa/west-africa/guinea-bissau/Portuguese%20translations/183-au-dela-des-compromis-les-perspectives-de-reforme-en-guinee-bissau-portuguese>. Acesso em: 30 de Novembro de 2015.
- _____. **(2015)** *La réforme du secteur de la sécurité en Guinée-Bissau: une occasion à saisir*. Briefing Afrique N° 109. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/fr/regions/afrique/afrique-de-louest/guinee-bissau/b109-security-sector-reform-in-guinea-bissau-an-opportunity-not-to-be-missed.aspx>. Acesso em: 26 de Novembro de 2015.
- FERREIRA, P. M. (2004)**. *Guinea-Bissau: Between conflict and democracy*. African Security Review. Vol. 13. Número 4. Disponível em: <https://www.issafrica.org/pubs/ASR/13No4/AWFerreira.htm>. Acesso em: 10 de Agosto de 2015.
- FMI (2015)** *Guiné-Bissau. Temas Seleccionados*. Relatório No. 15/195. Disponível em: <https://www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/SCR/2015/cr15195p.pdf>. Acesso em: 26 de Novembro de 2015.
- GALTHUNG, J. (1969)** *Violence, Peace, and Peace Research*. Journal of Peace Research, Vol. 6, No. 3, pp. 167-191.
- _____. **(1976)** *Three Approaches to Peace: Peacekeeping, peacemaking and peacebuilding*. In: Peace, War and Defence: Essays in peace research. Vol. 2, pp. 282-304.
- HUTTON, L. (2010)** *Following the Yellow Brick Road? Current and Future Challenges for Security Sector Reform in Africa*. In: SEDRA, Mark (ed.), *The Future of Security Sector Reform*. Ontario: Centre for International Governance Innovation.
- JENKINS, R. (2013)** *Peacebuilding. From Concept to Commission*. New York: Routledge.

- KANT, I. (1795)** *A Paz Perpétua*. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/kant_immanuel_paz_perpetua.pdf, Acesso em: 1 de Novembro de 2014.
- KEMER, T.; PEREIRA, A. E.; BLANCO, R. (2017)** *A Construção da Paz em um Mundo em Transformação: O Debate e a Crítica sobre o Conceito de Peacebuilding*. Revista de Sociologia e Política (Online). Artigo aceito para Publicação.
- KOHL, C. (2014)** *The reform of Guinea-Bissau's security sector: between demand and practice*. Peace Research Institute Frankfurt Report Number 126. Disponível em: http://issat.dcaf.ch/content/download/73329/1247623/file/prif126%20The%20Reform%20of%20GB%20Security%20Sector_Kohl.pdf. Acesso em: 9 de Janeiro de 2016
- LGDH (2008)** *Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2008/2009*. Disponível em: <http://www.lgdh.org/p/relatorios.html>. Acesso em: 9 de Janeiro de 2016.
- LGDH (2013)** *Guiné-Bissau: 40 anos de impunidade*. Disponível em: <http://www.lgdh.org/p/relatorios.html>. Acesso em: 9 de Janeiro de 2016.
- MDG (2008)** *Official List of MDG Indicators*. Disponível em: <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Host.aspx?Content=indicators/officialist.htm>. Acesso em: 30 de Novembro de 2015.
- _____. (2015) *Millenium Development Goals: Snapshot for Guinea-Bissau*. Disponível em: <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2015/Snapshots/GNB.pdf>. Acesso em: 30 de Novembro de 2015.
- MOBEKK, E. (2010)** *Security Sector Reform and the Challenges of Ownership*. In: SEDRA, Mark (ed.), *The Future of Security Sector Reform*. Ontario: Centre for International Governance Innovation.
- NEWMAN, E.; PARIS, R.; RICHMOND, O. P. (2010)** *Introduction*. In: *New Perspectives on Liberal Peacebuilding*. Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press, p. 3-25.
- OPLOP (2011)** *Angola Oficializa Apoio Militar para RSS na Guiné-Bissau*. Disponível em: <http://www.oplop.uff.br/boletim/115/angola-oficializa-apoio-militar-para-reforma-no-setor-de-seguranca-defesa-em-guine-bissau>. Acesso em: 21 de Dezembro de 2015
- _____. (2013) *Instabilidade e insegurança: a Guiné-Bissau entre o abril de 2010 e de 2012*. Disponível em: <http://www.oplop.uff.br/boletim/2160/instabilidade-inseguranca-guine-bissau-entre-abril-de-2010-de-2012>. Acesso em: 26 de novembro de 2015.
- O'REAGAN, D.; THOMPSON, P. (2013)** *Advancing Stability and Reconciliation in Guinea-Bissau: Lessons from Africa's First Narco-State*. Africa Center for Strategic Studies Washington, D.C. Special Report No. 2. Junho de 2013. Disponível em: <http://www.globalinitiative.net/download/drugs/subsaharan-africa/ACSS%20-%20Advancing%20Stability%20and%20Reconciliation%20in%20Guinea%20Bissau%202013.pdf>. Acesso em: 10 de Agosto de 2015.
- PARIS, R. (2002)**. *International peacebuilding and the 'mission civilisatrice'*. Review of International Studies. Vol. 28, p. 637-656. British International Studies Association.
- _____. (2009) *Understanding the "coordination problem" in postwar statebuilding*. In: PARIS, Roland; SISK, Timothy. *The Dilemmas of Statebuilding: Confronting the Contradictions of Postwar Peace Operations*. Nueva York, Routledge.
- _____. (2010) *"Saving Liberal Peacebuilding"*, Review of International Studies, vol. 36, núm. 2, p. 337-365.
- PERISSINOTTO, R. (2013)** *Comparação, história e interpretação: Por uma ciência política histórico-interpretativa*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 28 N° 83. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092013000300010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 de Janeiro de 2016.

- RAMSBOTHAM, O. (2000)** *Reflections on UN post-settlement peacebuilding*. International Peacekeeping. 7 (1), 169-189.
- REICH, H. (2006)** "Local Ownership" in *Conflict Transformation Projects Partnership, Participation or Patronage?* Berghof Occasional Paper N°. 27. Disponível em: http://www.berghof-foundation.org/fileadmin/redaktion/Publications/Papers/Occasional_Papers/boc27e.pdf. Acesso em: 03 de Novembro de 2015.
- RICHMOND, O. (2007)** *The Transformation of Peace*. New York: Palgrave Macmillan
- RIZZI, K. (2010)** *A instabilidade contínua na Guiné-Bissau*. Meridiano 47 No. 11. Abril de 2010. pp. 23 – 26.
- CAVALCANTE, F. (2013)** *Coming into life: the concept of peace building in the United Nations, from "An Agenda for Peace" to the Peace building Commission*. Tese de Doutorado em Relações Internacionais (Política Internacional e Resolução de Conflitos) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- SIMONS, C. e ZANKER, F. (2014)** *Questioning the Local in Peacebuilding*. Disponível em: http://www.spp1448.de/fileadmin/media/galleries/SPP_Administration/Working_Paper_Series/SPP1448_WP10_Simons_Zanker.pdf. Acesso em 22 de Fevereiro de 2016.
- STAMNES, E. (2010)**. *Values, Context and Hybridity. How can the insights from the liberal peace critique literature be brought to bear on the practices of the UN Peacebuilding Architecture?* Norwegian Institute of International Affairs. Centre for International Policy Studies, University of Ottawa. 2010. Disponível em: <http://cips.uottawa.ca/eng/documents/Stamnes.pdf>. Acesso em: 07 de Agosto de 2015.
- UNODC (2013)** *Criminalidade Organizada Transnacional na África Ocidental: Avaliação da Ameaça*. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/West_Africa_TOCTA_2013_PT.pdf. Acesso em 24 de Novembro de 2015.
- VON BILLERBECK, Sara (2009)** *Whose Peace? Local Ownership and UN Peacebuilding*. Apresentado para a Edição Especial de 2009 do Journal of Intervention and Statebuilding da Universidade de Westminster. Disponível em: https://www.westminster.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0009/81585/Billerbeck.pdf. Acesso em: 03 de Novembro de 2015.
- VOZ DI PAZ (2010)** *As causas profundas de conflitos: a voz do povo*. Disponível em: http://www.interpeace.org/wp-content/uploads/2010/08/2010_GB_Interpeace_Voz_Di_Paz_The_Voice_Of_The_People_PT.pdf. Acesso em: 28 de Abril de 2015.
- YABI, G. O. (2010)**. *The Role of ECOWAS in Managing Political Crisis and Conflict: The Cases of Guinea and Guinea-Bissau*. Friedrich-Ebert-Stiftung. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/nigeria/07448.pdf> Acesso em: 11 de agosto de 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DAS FONTES PRIMÁRIAS

- A/55/L.2 (2000)** *Declaração do Milênio das Nações Unidas*. Disponível em: <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm>. Acesso em: 30 de Novembro de 2015.
- A/47/277 (1992)** *An Agenda for Peace*. 17 de Junho de 1992. Disponível em: <http://daccess-dds-y.un.org/doc/UNDOC/GEN/N92/259/61/PDF/N9225961.pdf?OpenElement>. Acesso em: 20 de Agosto de 2014.
- A/64/868 (2010)** *Review of the United Nations peacebuilding architecture*. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/64/868&Lang=E. Acesso em: 11 de Fevereiro de 2015.

- A/RES/60/180 (2005)** *Resolução da Assembleia Geral.* Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/PBC%20ARES60180.pdf>. Acesso em: 15 de Outubro de 2013.
- CABI, M. D. (2007)** *Carta endereçada ao Secretário Geral das Nações Unidas Ban Ki-Moon em 11 de Julho de 2007.* Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/cscs/gb/key_docs/country_request_gb.pdf. Acesso em: 28 de Abril de 2015.
- CSC (2008)** *Summary Notes of the Chair on the briefing of the field mission of H.E. Ms. Maria Luiza R. Viotti.* Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/cscs/gb/psc_visits/gb_informal_chair_summ_5feb2008.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- CSC (2008b)** *Report of the mission to Guinea-Bissau of the Peacebuilding Commission Guinea Bissau configuration.* Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/cscs/gb/psc_visits/chair_visit_gb_10_12_09_08.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- CSC (2013)** *Chair's summary of the Informal meeting of the Guinea-Bissau Configuration.* Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/cscs/gui/informal/GB%20CSM%20Chair's%20Summary%2010May2013.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- CSC (2014)** *Chair's summary of the Informal meeting of the Guinea-Bissau Configuration.* Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/cscs/gui/informal/Summary%20of%20GB%20Configuration%20meeting%2010%20March%20_final_.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- CSC (2014b)** *Chair's summary of the Informal meeting of the Guinea-Bissau Configuration.* Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/cscs/gui/informal/20140512%20-%20PBC%20Guinea%20Bissau%20Configuration%20meeting%20minutes.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- CSC (2014c)** *Chair's summary of the Informal meeting of the Guinea-Bissau Configuration.* Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/cscs/gui/informal/20140716%20-%20Summary%20of%20Guinea%20Bissau%20configuration%20informal%20meeting.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- CSC (2014d)** *Report of the Chair's mission to Guinea-Bissau, 20-23 January 2014.* Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/cscs/gui/psc_visits/PBC_GB%20Report%20Chair%20mission%2015%2024%2001%2014%20.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- CSC (2014e)** *Report of the Chair's mission to Guinea-Bissau.* Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/cscs/gui/psc_visits/1401106%20Amb%20Patriota_GB%20mission%20report_Oct%202014%20-%20Final.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- CSC (2014f)** *Press statement of the Guinea-Bissau Configuration.* Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/pdf/upcomingelections1aprilstatement.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- CSC (2014g)** *Guinea-Bissau Configuration of the Peacebuilding Commission Elections - 2nd round (18 May 2014) - Press statement.* Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/pdf/GB%20Press%20Statement%20Round%20Two%20_FINAL_%2014%20May%202014.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- CSC (2014h)** *Statement by the Chair of the Guinea-Bissau Configuration of the Peacebuilding Commission.* Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/pdf/GB%20-%20disc%20GB%20Chair19mai%20-%20FINAL.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- MPTF (2015)** *Guinea-Bissau Country Factsheet.* Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/country/GNB>. Acesso em: 21 de Dezembro de 2015.

- NAÇÕES UNIDAS (1945).** *Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça.* Nova Iorque: Nações Unidas, Departamento de Informação Pública, s. d. Disponível em: <http://www.un.org/en/documents/charter/>. Acesso em: 30 de Outubro de 2013.
- NAÇÕES UNIDAS (2008)** *Peacekeeping Operations Principles and Guidelines (The Capstone Doctrine).* Disponível em: <http://www.unrol.org/doc.aspx?d=2112>. Acesso em: 31 de Outubro de 2014.
- NAÇÕES UNIDAS (2012)** *The United Nations SSR Perspective.* Disponível em: <http://www.un.org/en/events/peacekeepersday/pdf/securityreform.pdf>. Acesso em: 30 de Agosto de 2015.
- PATRIOTA, A. de A. (2014)** *Statement of the Chair of the Guinea-Bissau Configuration of the PBC to the Security Council.* Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/pdf/disc%20GB%20CSNU%2026%20Fev.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBC (2008)** *Background Paper on Guinea-Bissau legislative elections on 16 November 2008.* Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/cscs/gb/key_docs/bg_paper_elections_2008.pdf. Acesso em: 12 de Julho de 2016.
- PBC (2016)** *Guinea Bissau.* Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/doc_guinea-bissau.shtml. Acesso em: 12 de Julho de 2016.
- PBC/2/GNB/5 (2008)** *Background note on the situation in Guinea-Bissau.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/2/GNB/5 . Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBC/2/GNB/6 (2008)** *Report of the mission of the Peacebuilding Commission to Guinea-Bissau.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/2/GNB/6 . Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBC/2/GNB/7 (2008)** *Report of the mission of the Peacebuilding Commission to Guinea-Bissau.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/2/GNB/7. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBC/2/GNB/SR.2 (2008)** *Summary Record of the Guinea-Bissau configuration second meeting.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/2/GNB/SR.2 . Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBC/2/GNB/SR.3 (2008)** *Summary Record of the Guinea-Bissau configuration third meeting.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/2/GNB/SR.3 . Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBC/3/GNB/1 (2008)** *Conclusions and recommendations of the Peacebuilding Commission in Guinea-Bissau.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/3/GNB/1 . Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBC/3/GNB/3 (2008)** *Strategic Framework for Peacebuilding in Guinea-Bissau.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/3/GNB/3. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBC/3/GNB/4 (2008)** *Conclusions and recommendations of the Peacebuilding Commission on the current situation in Guinea-Bissau.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/3/GNB/4. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBC/3/GNB/5 (2009)** *Statement by the Chair of the Peacebuilding Commission's configuration on Guinea-Bissau.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/3/GNB/5. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.

- PBC/3/GNB/6 (2009)** *Statement by the Chair of the Guinea-Bissau configuration of the Peacebuilding Commission.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/3/GNB/6 . Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBC/3/GNB/SR.1 (2008)** *Summary Record of the Guinea-Bissau configuration first meeting.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/3/GNB/SR.1 . Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBC/4/GNB/1 (2009)** *Progress report on the implementation of the Peacebuilding Strategic Framework for Guinea-Bissau.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/4/GNB/1. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBC/4/GNB/1/add.1 (2010)** *Progress report on the implementation of the Peacebuilding Strategic Framework for Guinea-Bissau - Addendum.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/4/GNB/1/add.1. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBC/4/GNB/3 (2010)** *Conclusions and recommendations of the first review of the Strategic Framework for Peacebuilding in Guinea-Bissau.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/4/GNB/3. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBC/4/GNB/4 (2010)** *Report of the Peacebuilding Commission mission to Guinea-Bissau, 16-21 January 2010.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/4/GNB/4. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBC/4/GNB/SR.1 (2010)** *Summary Record of the Guinea-Bissau configuration first meeting.* Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/4/GNB/SR.1 . Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBF/GNB/A-1 (2008)** *Project 66671: Support Project to Guinea Bissau's Electoral Cycle, Phase I (2008).* Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00066671>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBF/GNB/A-2 (2011)** *Project 80185: Support to National Reconciliation and Political Dialogue.* Documento de 21 de Outubro de 2011. Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00080185>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBF/GNB/B-1 (2011)** *Project 66672: Rehabilitation of Selected Prisons. Documento de 31 de Agosto de 2011.* Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00066672>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBF/GNB/B-2 (2009)** *Project 66673: Project for the Rehabilitation of Military Barracks.* Documento de 31 de Dezembro de 2009. Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00066673>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBF/GNB/B-2 (2011)** *Project 66673: Project for the Rehabilitation of Military Barracks.* Documento de 31 de Dezembro de 2011. Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00066673>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBF/GNB/B-3 (2010)** *Project 75670: Feasibility Study in Guinea Bissau.* Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00075670>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBF/GNB/B-4 (2011)** *Project 77439: Support for the Preparatory Conferences for the Defense and Security Sectors within the National Conference process.* Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00077439>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBF/GNB/B-5 (2011)** *Project 80454: Military SSR- Support to Security and defense sector reform and socio-economic reintegration.* Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00080454>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- BF/GNB/B-6 (2011)** *Project 80477: Strengthening Internal Security and Criminal Justice Systems in Guinea-Bissau.* Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00080477>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.

- PBF/GNB/D-1 (2008)** *Project 66674: Youth Professional Training and Employment.* Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00066674>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016
- PBF/GNB/D-2 (2012)** *Project 80725: Appui à la création d'emplois et de revenus en Guinée Bissau.* Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00080725>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBF/IRF-50 (2015)** *Project 82143: Quick and Multilevel Impact for Women's Economic Empowerment and Improvement of Working Conditions in Guinea-Bissau.* Documento de 30 de Junho de 2015. Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00082143>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBF/IRF-70 (2013)** *Project 87798: National Commission for Planning and Strategic Coordination (Guinea-Bissau)* Documento de 27 de Setembro de 2013. Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00087798>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBF/IRF-76 (2013)** *Project 88453: Labor-intensive employment for youth and women in lead-up to and immediate post-electoral period in Guinea Bissau.* Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00088453>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBF/IRF-82 (2014)** *Project 89351: Support to the Electoral Commission in Guinea-Bissau.* Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00089351>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBF/IRF-85 (2014)** *Project 89713: Strengthening electoral security in the country, covering all regions (Guinea-Bissau).* Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00089713>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBF/IRF-86 (2014)** *Project 89877: Strengthening the media's watchdog role during the 2014 elections in Guinea Bissau.* Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00089877>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBF/IRF-87 (2014)** *Project 89930: Strengthening Women's participation in the Elections as Candidates, Voters and Monitors (Guinea-Bissau).* Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00089930>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBF/IRF-93 (2014)** *Project 91570: Strengthening security and stability in Guinea-Bissau.* Disponível em: <http://mptf.undp.org/factsheet/project/00091570>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- PBSO (2008)** *Mapping of Resources & Gaps For Peacebuilding in Guinea-Bissau.* Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/cscs/gb/key_docs/mapping_resources_2008.pdf . Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- PBSO (2010)** *Peacebuilding: An Orientation.* Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pdf/peacebuilding_orientation.pdf . Acesso em: 07 de Agosto de 2015.
- PNUD (1994)** *Human Development Report. New dimensions of human security.* Disponível em: <http://hdr.undp.org/reports/global/1994/en/> Acesso em: 8 de Agosto de 2015.
- PNUD (2014)** *Explanatory note on the 2014 Human Development Report composite indices Guinea-Bissau.* Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/GNB.pdf . Acesso em: 24 de Novembro de 2015.
- PNUD (2014b)** *Explanatory note on the 2014 Human Development Report composite indices Guinea-Bissau.* Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/GNB.pdf . Acesso em: 24 de Novembro de 2015.
- REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU (1996)** *Constituição da República da Guiné-Bissau.* Disponível em: <http://www.anpguinebissau.org/leis/constituicao/constituicaoquine.pdf/view> . Acesso em: 24 de novembro de 2015.

- REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU (2005)** *Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP)*. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/denarp/denarp.pdf> Acesso em: 13 de Agosto de 2015.
- REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU (2006)** *Restructuring and Modernization of the Defence and Security Sector*. Disponível em: <http://uniogbis.unmissions.org/Portals/unogbis/Articles/SSR%20strategy%20document%202006.pdf>. Acesso em: 9 de Janeiro de 2016.
- S/RES/1645 (2005)** *Resolução do Conselho de Segurança*. Disponível em <http://www.securitycouncilreport.org/un-documents/document/PBC%20SRES%201645.php>. Acesso em: 9 de Janeiro de 2016.
- USA (2015)** *United States of America vs Jose Americo Bubo Na Tchuto, Papis Djeme and Tchamy Yala*. Disponível em: <http://www.justice.gov/sites/default/files/usao-sdny/legacy/2015/03/25/U.S.%20v.%20Na%20Tchuto%20et%20al%20Indictment.pdf> . Acesso em: 24 de Novembro de 2015.
- VIOTTI, M. L. (2012)** *Statement by the Chair of the Peacebuilding Commission's country-specific configuration on Guinea-Bissau*. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/pdf/Statement%20Chair%20CSM%20GB,%2013%20April%202012%20%20.pdf> . Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- _____. **(2012b)** *Statement of the Chair of the Guinea-Bissau Configuration of the PBC to the Security Council*. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/pdf/2012%204%2018%20Chair%20Statement%20OSC%20briefing%2019%20April%202012.pdf> . Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- _____. **(2012c)** *Statement of the Chair of the Guinea-Bissau Configuration of the PBC to the Security Council*. Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/pdf/statement_chair_sc_brief_gb_2012_7_26.pdf . Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- _____. **(2013)** *Report of the Chairpersonship of Ambassador Maria Luiza Ribeiro Viotti as Chair of the Guinea-Bissau Configuration (December 2007 - May 2013)*. Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/cscs/gui/key_docs/2013%206%203%20GB%20CSM%20Chair's%20Final%20repor%20December%202007%20to%20May%202013.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- WGLL (2009)** *Summary Notes of the Chair*. Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/pdf/doc_wgll/pbc_wgll_march_30_chair_summary.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.
- WGLL (2011)** *Resource mobilization for peacebuilding priorities and improved coordination among relevant actors - Chairperson's Summary*. Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/pdf/doc_wgll/wgll_chair_summ_resource_mobil.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.